

## Quem disse ?

«Seattle foi  
Maio de 68  
e Woodstock»

**Seixas da Costa**  
Expresso  
4 de Dezembro

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1045 9 DEZEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO**

**SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

## Artigos de Opinião de

**Amílcar Augusto  
Carlos Carranca  
Iglésias Costal  
João Nóbrega  
Manuel Alegre  
Manuel dos Santos  
Maria da Conceição  
Salavisa  
Philippe Marlière**

## Cerimónia no Palácio da Ajuda

### 2500 agentes da cultura com Jorge Sampaio

Mais de 2500 agentes culturais participaram segunda-feira na cerimónia convocada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, para celebrar a cultura portuguesa na passagem do ano 2000 e cuja sessão de cumprimentos se prolongou por quase duas horas. Entre os participantes a conclusão foi quase unânime: a cultura portuguesa está no bom caminho.

Numa breve mensagem transmitida aos convidados presentes no palácio da Ajuda, o chefe de Estado considerou que a identidade de Portugal «é inseparável e provém, em larga medida, da energia» da afirmação cultural e científica dos portugueses. É esse o nosso contributo original para uma Europa e um mundo que têm de ser feitos de diversidade cultural», afirmou o Presidente da República.

A brochura editada para a celebração da cultura portuguesa e do seu contributo para a afirmação de Portugal inclui citações de diversos escritores, poetas e cientistas nacionais. Luís de Camões, Fernando Pessoa, José Saramago, Bento Jesus Caraça, Pedro Nunes, Eça de Queiroz, Almeida Garrett, Virgílio Ferreira, António Sérgio e Almada Negreiros são alguns dos autores citados. «Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo», foi uma das frases de Eça de Queiroz escolhidas pelo chefe de Estado. Na mesma brochura, lembra-se ainda que «Arte e Ciência não podem estar estreitamente ligadas entre si» — uma citação de Almada Negreiros.

Citando Pedro Nunes, Antero de Quental e Fernando Pessoa, entre outros, Jorge Sampaio frisou o facto de «a cultura ser neste momento de incerteza e de desafio a garantia de que a aventura criadora continuará. Portugal quer participar nessa aventura feita de imaginação e liberdade».

## NA PRIMEIRA LINHA PARA REFORMAR A DEMOCRACIA



A melhoria da qualidade da democracia portuguesa e o combate a fenómenos que descredibilizam a vida política nacional foram apontados como a prioridade pelo primeiro-ministro e pelo Presidente da República. Na próxima semana, o Conselho de Ministros vai aprovar uma proposta de lei para a revisão do financiamento dos partidos, na qual se prevê uma redução dos gastos em campanhas eleitorais, bem como fórmulas de controlo mais rigoroso das despesas efectuadas pelas organizações partidárias. Até ao final da presente sessão legislativa, além da revisão do financiamento dos partidos, o PS e o Governo estão empenhados em concluir a reforma do sistema eleitoral para aproximar eleitos e eleitores, e aumentar os direitos de voto dos emigrantes em eleições para a Presidência da República.

## Comunidades

### Mensagem de Natal O desafio para os luso-descendentes



O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, desafiou no dia 7, na sua Mensagem de Natal, os jovens luso-descendentes a valorizarem-se para que fiquem apetrechados a mostrar nas sociedades de acolhimento o valor de ser português. Também no dia 7, José Lello e Rui Cunha assinaram um acordo que visa ajudar os idosos carenciados nas comunidades portuguesas, uma «medida inovadora» direccionada aos «esquecidos» e «excluídos da sorte».

## Sociedade & País

### Jorge Coelho em visita à região do Oeste Ministro atento ao cumprimento dos prazos



Jorge Coelho deixou bem claro que o Governo dedicará grande atenção à questão da fiscalização sobre o cumprimento de prazos na conclusão de Obras Públicas. De visita a alguns dos mais importantes troços da auto-estrada 8, o ministro do Equipamento Social sublinhou as vantagens que os novos 172 quilómetros terão para o desenvolvimento do País. O projecto representa um investimento de 75 milhões de contos e só o lança entre as Caldas da Rainha e Leiria ocupa diariamente mais de seis mil trabalhadores.



## O Manda-bocas

«Não acrescento nem retiro nada àquilo que disse. Não tenho uma vírgula a acrescentar ou a retirar àquilo que disse.» Foi desta forma que Durão Barroso confirmou na terça-feira, o que já tinha afirmado na véspera, sobre o financiamento dos partidos políticos por empresas privadas ao dizer que «produzem corrupção e são fonte de introdução de grupos mafiosos nas máquinas partidárias».

Perante a gravidade das acusações proferidas pelo líder do PSD, o Partido Socialista instou-o, pelas vozes dos vice-presidentes da bancada socialista José Junqueiro e Manuel dos Santos, a esclarecer e a denunciar os factos em que se baseou para afirmar o que afirmou.

Sem esclarecer porque declarou que «quando há interesses ocultos, há a tendência para haver comportamentos mafiosos», Barroso «lançou uma acusação extremamente grave que tem de concretizar». Para Manuel dos Santos, a concretização das afirmações proferidas é essencial para o apuramento de factos e responsabilidades «em defesa do interesse nacional e da democracia portuguesa».

As principais linhas definidas no diploma que o Governo irá apresentar sobre esta matéria, revelado esta semana pelo ministro Alberto Martins, contempla exactamente um maior controle sobre o financiamento dos partidos e sobre os elevados gastos com as campanhas eleitorais, causas que o PS e o Governo entendem estar na origem da progressiva crise de confiança no sistema democrático.

Definida como uma das prioridades políticas do actual Executivo, o combate à progressiva crise de confiança dos eleitores no actual sistema político é também uma das preocupações já diversas vezes manifestada em diferentes intervenções públicas pelo próprio Presidente da República, Jorge Sampaio.

Neste cenário, a afirmação sem qualquer espécie de confirmação de Durão Barroso, em nada contribui para a alteração do actual estado de coisas, antes pelo contrário. Por isso as palavras de José Junqueiro, no final da reunião da Comissão Permanente do Partido Socialista fazem todo o sentido: «O Dr. Durão Barroso tem a obrigação política e pública de denunciar junto das autoridades competentes os actos fraudulentos de que afirma ter conhecimento, sob pena de tornar-se cúmplice das fraudes que diz terem sido cometidas e que se recusa a dizer quais são.»

Reiterando o «esforço do Partido Socialista e do Governo» em «tornar transparente o financiamento dos partidos políticos», Junqueiro afirma não conseguir compreender as declarações do líder laranja numa altura em que se caminha, a passos largos, para o consenso de todos os partidos com assento parlamentar, sobre a matéria.



## PS É OPOSIÇÃO EM TODAS AS FRENTES

No canto superior esquerdo da primeira página do «Acção Socialista» de 10 de Dezembro de 1981 o título era «PS é oposição em todas as frentes». Era uma das frases do camarada Mário Soares, em entrevista concedida ao jornal «Le Monde» e que tinha desenvolvido na página 16.

Na referida entrevista, o camarada Mário Soares, não excluindo a sua eventual candidatura a Belém em 1985, considerava para já mais importantes as eleições de 1982 e de 1984.

Na referida entrevista, o então líder do PS tecia duras críticas à política económica e social da AD, que acusava de ter «falta de rigor na sua gestão administrativa» e de fazer «reinar o negociadismo».

Destaque também nesta edição do órgão oficial do PS, para um comunicado da Secção do PS na RTP. No documento, os socialistas denunciavam a falta de «isenção» e de «qualidade» reinante na estação pública. Alertavam para a «degradação progressiva» da RTP então dirigida por Proença de Carvalho.

J. C. C. B.

10 de Dezembro

Quem disse?

«A despenalização do aborto, sob controlo médico, é actualmente o único meio de lutar contra o flagelo do aborto clandestino»

Deputadas socialistas e social-democratas do PE



## Portugal e Marrocos acordam cooperação judicial

O Governo marroquino aprovou na passada quinta-feira, dia 2, em Rabat, dois acordos de cooperação judicial com Portugal, relativos à fiscalidade e transferência de pessoas detidas, de acordo com o porta-voz governamental Khalid Alioua.

O acordo relativo ao apoio de pessoas detidas e transferência de arguidos condenados para a sua pátria visa permitir aos presos cumprir o resto da sentença no país de origem, por forma a facilitar a sua reintegração social.

O acordo de cooperação judicial no domínio fiscal pretende aprofundar a cooperação bilateral nessa área.

No final dos trabalhos, Khalid Alioua disse ainda que a visita do comissário europeu Frans Fischer à capital marroquina, prevista para o próximo dia 20, será uma oportunidade para Marrocos tomar conhecimento das «propostas e projectos comunitários» no domínio das pescas, sublinhando que «não haverão conversações», em virtude do Acordo de Pescas UE/Marrocos ter expirado dia 30.

## Macau'99 Transição «exemplar»

O Presidente da República, Jorge Sampaio, elogiou a «cooperação amigável» luso-chinesa acerca de Macau, considerando «exemplar» o processo de transição do território.

«Portugal e China estabeleceram um bom exemplo de solução de questões políticas bilaterais por meios pacíficos», disse Jorge Sampaio numa entrevista difundida na passada terça-feira, dia 7, em Pequim pela agência noticiosa oficial chinesa.

«A resolução pacífica da questão de

Macau tem um grande importância no mundo actual, onde ainda existem factores de violência e instabilidade», acrescentou o chefe de Estado português.

Jorge Sampaio afirmou também que após a transferência de poderes em Macau, no próximo dia 20, as relações luso-chinesas «entrarão numa nova fase de desenvolvimento».

«Estou plenamente confiante em que Portugal e China continuarão a manter as suas relações de cooperação amigável», disse Sampaio.

## Serra da Estrela candidata à Rede Natura 2000

O Parque Natural da Serra da Estrela é uma das zonas de Portugal continental inseridas na lista da segunda fase da Rede Natura 2000, disse o ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates. «A Serra da Estrela tem valores naturais de importância europeia e, naturalmente, fará parte da Rede Natura 2000», realçou o governante, em declarações à Imprensa, na passada sexta-feira, dia 3, na Covilhã. O Ministério do Ambiente está a preparar para enviar a Bruxelas, «o mais depressa possível», a segunda fase da lista de sítios de Portugal Continental para serem integrados na Rede Natura 2000, referiu Sócrates. Na região da Beira Interior já tinham sido contempladas, na primeira fase, as serras

da Malcata e da Gardunha.

«A lista da segunda fase, que se encontra a ser analisada pelos técnicos, incluirá os locais e zonas que se identificarão como sítios de importância comunitária», acrescentou o ministro.

A partir das listas nacionais, a Comissão Europeia seleccionará os casos mais representativos, entre os quais Portugal pretende que esteja o Parque Natural da Serra da Estrela.

A Rede Natura 2000 visa assegurar a biodiversidade da Europa, através da conservação dos habitats e dos valores naturais constantes das directivas da Comunidade Europeia sobre fauna e flora considerados ameaçados.

## Açores Um milhão de contos para o turismo em 2000

O Governo Regional dos Açores vai dar um novo impulso ao turismo, no quadro de uma política de desenvolvimento que está a ser implementada.

O secretário da Economia açoriano assegurou recentemente que as verbas inscritas para o turismo na proposta de Plano para 2000 ultrapassam, pela primeira vez, um milhão de contos (cinco milhões de euros). Duarte Ponte, que falava no plenário da Assembleia Regional que analisou o Plano e Orçamento para o próximo ano, salientou que, se a esse valor se acrescentarem as verbas dos sistemas de incentivos nacionais, estão criadas condições para um investimento privado no sector superi-

or a quatro milhões de contos (vinte milhões de euros).

Segundo adiantou, o turismo nos Açores registou, nos primeiros oito meses deste ano, um aumento de 16 por cento em relação a igual período de 1998.

A proposta de Plano, que prevê, no total, investimentos de 51 milhões de contos (255 milhões de euros), destina as áreas dependentes da Secretaria da Economia 11,5 milhões (57,5 milhões de euros).

Esse montante destina-se a campanhas de promoção turística, sistemas de incentivos, consolidação industrial e comercial e modernização e desenvolvimento dos transportes marítimos e aéreos.

## PS NA PRIMEIRA LINHA PARA REFORMAR A DEMOCRACIA

**A melhoria da qualidade da democracia portuguesa e o combate a fenómenos que descredibilizam a vida política nacional foram apontados como a prioridade pelo primeiro-ministro e pelo Presidente da República. Na próxima semana, o Conselho de Ministros vai aprovar uma proposta de lei para a revisão do financiamento dos partidos, na qual se prevê uma redução dos gastos em campanhas eleitorais, bem como fórmulas de controlo mais rigoroso das despesas efectuadas pelas organizações partidárias. Até ao final da presente sessão legislativa, além da revisão do financiamento dos partidos, o PS e o Governo estão empenhados em concluir a reforma do sistema eleitoral para aproximar eleitos e eleitores, e aumentar os direitos de voto dos emigrantes em eleições para a Presidência da República.**

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, apresentou segunda-feira, em conferência de Imprensa, as principais linhas da proposta de lei do Governo de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. A proposta de lei vai ser analisada em Conselho de Ministros na próxima semana, até porque se trata de um das prioridades políticas do actual Executivo, tendo em vista o combate à progressiva crise de confiança dos eleitores no actual sistema político. Com este passo, o Governo está a procurar corresponder também às preocupações já evidenciadas pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em diversas intervenções públicas por si proferidas.

Os vectores fundamentais da alteração proposta à lei do financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais visa em primeiro lugar proibir as empresas de financiar as forças políticas e as campanhas eleitorais. Como explicou o ministro Alberto Martins, o próprio PS evoluiu nesta matéria, embora os níveis de financiamento das empresas sejam insignificantes, rondando nos últimos actos eleitorais entre 30 e 90 mil contos. «A proibição de financiamento por empresas tem como objectivo eliminar um dos focos de conflitualidade entre os partidos e uma alegada suspeição sobre as contas partidárias e das campanhas eleitorais», justificou. Por outro lado, o diploma do Executivo «estabelece-se ainda que os partidos e as candidaturas não podem receber donativos ou empréstimos de natureza pecuniária ou em espécie, nem adquirir bens ou serviços a pessoas



colectivas, nacionais ou estrangeiras, a preços inferiores aos praticados no mercado».

Alberto Martins frisou ainda que a proposta de proibir o financiamento das empresas aos partidos políticos é já defendida pelos mais altos responsáveis do PS, sendo portanto natural que venha a ser assumida por todo o partido.

A proposta de lei do Governo prevê a manutenção do financiamento dos partidos por parte de cidadãos singulares. No entanto, o actual montante de 30 salários mínimos por ano poderá baixar para dez, se proveniente de uma pessoa. Admitiu, por outro lado, que o Governo poderá aceitar proibir os financiamentos provenientes de anónimos, se esse vier a ser uma matéria consensual entre os diferentes partidos com representação na Assembleia da República. Contudo, também neste caso o membro do Governo salientou que os montantes provenientes de anónimos são também praticamente insignificantes.

### Reforço da fiscalização dos gastos

Outra das grandes linhas do diploma do Executivo, segundo o ministro Alberto Martins, passa pelo reforço da transparência e controlo das contas, das receitas e das despesas dos partidos políticos e das

tões suscitadas pelo Tribunal Constitucional e é aplicável às despesas de campanha eleitoral.

### Reduzir despesas em campanhas

A proposta de lei do Governo tem também objectivos de melhoria da qualidade ambiental do país, a par da redução dos gastos em campanhas eleitorais. Desta forma, são proibidos os materiais não biodegradáveis em campanhas eleitorais e de propagação dos partidos políticos. Estão neste caso os tradicionais pendões de plástico. Ao serem abolidos das campanhas, também contribui para a redução dos gastos dos partidos em campanhas. Uma das principais intenções que o PS e o Governo entendem estar na origem da progressiva crise de confiança no sistema democrático passa pelos elevados gastos feitos pelos partidos nas campanhas eleitorais. Por essa razão, o diploma do Governo aponta já como intenção uma descida dos limites das despesas. O valor exacto dessa redução, de acordo com o ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, deverá ser fixado por consenso entre os diferentes partidos. No diploma do Executivo, também se aumentou no elenco de listas anexas à contabilidade dos partidos «a lista com os extractos bancários de movimentos de contas e os extractos de conta de cartão de crédito». Ainda sobre esta matéria, cabe acrescentar que os «donativos para campanha ficam sujeitos às mesmas regras dos donativos para os partidos políticos». Apesar de o Governo não defender qualquer agravamento das penas para crimes por financiamentos ocultos, entende no entanto que se devem estabelecer sanções para os dirigentes partidários e para os administradores das pessoas colectivas «que pessoalmente participem nas infracções. Agravam-se as coimas aplicáveis aos partidos políticos, às pessoas colectivas e aos mandatários financeiros, candidatos às eleições presidenciais e aos primeiros proponentes de grupo de cidadãos eleitores que obtenham receitas ou efectuem despesas para a campanha eleitoral não observando as disposições constantes na lei».

Segundo o ministro da Reforma do Estado, agravam-se ainda as coimas aplicáveis aos partidos políticos que não prestem contas ou não façam a discriminação das receitas e despesas. Finalmente, altera-se ainda o regime de concessão de subvenção estatal para as campanhas eleitorais para a Assembleia da República, passando a ter direito à subvenção os partidos políticos que concorram no mínimo a 51 por cento dos lugares sujeitos a sufrágio para aquele órgão e que obtenham representação».

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADJUNTO PM**

O Executivo socialista anunciou que vai dar pelo menos três milhões de contos ao Jardim Zoológico para ajudar à remodelação imposta por normas comunitárias e o município lisboeta reafirmou o apoio à instituição.



O anúncio foi feito, no passado dia 2, em Lisboa, por Armando Vara, ministro adjunto do primeiro-ministro.

Segundo Vara, se o projecto de remodelação for aprovado «o Governo dará três milhões de contos» ao Zoo.

Por outro lado, o presidente da Câmara Municipal Lisboa, João Soares, reafirmou a disponibilidade da autarquia para continuar a ajudar a instituição, à semelhança do que tem acontecido desde há três anos.

Porém, o autarca não avançou com quaisquer números sobre a participação da edilidade para ajudar o jardim zoológico, já que primeiro há que concretizar com a instituição duas permutas negociadas há três anos.

Uma das permutas refere-se a um terreno de cerca de 26 mil metros quadrados que é propriedade do Zoo e para o qual esteve, em 1991, aprovada a construção de um edifício.

Contudo, de acordo com o Plano Director Municipal entretanto aprovado, essa área deixou de poder ser edificada.

Assim, como contrapartida, a autarquia irá dar em troca desse terreno, duas parcelas em Chelas onde o Jardim Zoológico irá poder construir um edifício que passará a explorar.

A outra permuta a realizar entre a autarquia e o Zoo, refere-se a um terreno do Zoo que permitirá fazer a continuação da Rua Renato Araújo.

Em troca, a Câmara dará ao jardim zoológico dois lotes de terreno já definidos na Avenida Lusíada, perto do Alto dos Moinhos, onde a instituição irá explorar dois postos de combustíveis.

**AGRICULTURA**

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, afirmou, no dia 3, em Lisboa, que os fundos do segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA II) foram aproveitados a 100 por cento, ficando ainda uma carteira de projectos de 40 milhões de contos.

O governante, que falava depois de receber uma delegação da Federação das Organizações de Jovens Agricultores (FOJAP), salientou que a maioria dos projectos em carteira transitará para o próximo QCA.



Capoulas Santos disse que foi feita a reprogramação de verbas do Ministério da Agricultura, sendo possível transferir cerca de 6 milhões de contos de áreas onde houve menos projectos, como a floresta, para outras onde houve excesso de projectos, como a olivicultura ou a vinicultura.

O ministro observou que foi possível contemplar 900 projectos na área da olivicultura, em que Portugal é o único país que pode aumentar a área de oliveiras.

«Dos seis milhões de contos reprogramados, 4,5 milhões destinam-se a projectos de jovens agricultores», precisou.

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, afirmou no passado sábado, dia 4, em Coimbra, que o porte pago a 100 por cento é «uma das aberrações» do actual sistema de incentivo, defendendo uma redução no apoio à distribuição interna.



Arons de Carvalho considera que «o corte no porte pago deve ser pequeno, mas deve existir», porque, apesar deste apoio fazer sentido na distribuição para o estrangeiro, comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e países de língua oficial por-

tuguesa, «já não se justifica muito para a distribuição no próprio concelho ou concelhos limítrofes».

«Alguma verba que, inevitavelmente, se vai poupar com a alteração do porte pago pode ser canalizada para aumentar o incentivo de modernização tecnológica, passando a integrar outros equipamentos importantes para a distribuição do jornal, para que os jornais, por si ou associados com outros, possam ter formas de distribuição próprias na região e concelho», referiu o governante durante o III Congresso da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã (AIC), realizado em Coimbra.

O secretário de Estado deu assim resposta ao pedido deixado anteriormente pelo presidente da AIC, padre Salvador Santos, que defendeu o porte pago a 100 por cento para «toda a imprensa regional, independentemente da sua periodicidade», como uma das medidas a tomar para garantir a sua sobrevivência.

Segundo Arons de Carvalho, Portugal é o único país da Europa onde existe porte pago a 100 por cento, o que não ajuda no estabelecimento «de uma relação de fidelidade entre os profissionais de comunicação e os leitores».

«Numa sociedade em que surgem novos meios de comunicação social e novas formas de transmissão de imagem e sons, só uma imprensa que se relacione com o público, através de uma relação de fidelidade e não passiva, pode ter futuro», realçou.

**CULTURA**

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, garantiu quinta-feira, dia 2, em Faro, que a rede básica de cine-teatros, neste momento em fase de concretização, estará concluída em 2002.



O governante falava, durante a cerimónia de assinatura do protocolo entre o Ministério da Cultura e a autarquia farense, em que se prevê a construção de um teatro municipal à entrada da cidade.

«Num ano lançámos nove teatros e cine-teatros a construir de raiz», relevou o ministro, ao sublinhar que já na próxima semana assinará o último daqueles contratos-programa.

Carrilho assegurou que, em 2002, todas as capitais de distrito terão pelo menos uma sala, já que naquele ano se concluirão as

obras em 21 teatros e cine-teatros do País, entre remodelados e construídos de novo. O novo espaço cultural de Faro, que representa um investimento de um milhão de contos (50 milhões de euros), será construído à entrada de Faro, junto da EN125, em terreno cedido pela Câmara Municipal.

Será desenvolvido num espaço total de 24 mil metros quadrados, no qual será implantado um grande anfiteatro com capacidade para 876 pessoas e um outro, mais pequeno, com 290 lugares. Será ainda construído um mini-palco ao ar livre, onde poderão ser realizados concertos durante o Verão.

O novo espaço cultural será servido por 195 lugares de estacionamento subterrâneo e mais 185 ao ar livre.

O milhão de contos do investimento previsto para a concretização do espaço cultural de Faro será participado a 75 por cento pelas verbas do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, e os restantes 25 por cento (250 mil contos) serão distribuídos em partes iguais pelo Ministério da Cultura e pelo município farense.

**IGUALDADE**

A ministra da Igualdade, Maria de Belém, defendeu, no dia 2, no Porto, que o Estado deve ter um papel interventivo na promoção de oportunidades profissionais e económicas para as mulheres.



«A promoção da igualdade de oportunidades está consagrada na Constituição desde a revisão de 1997, e é uma tarefa fundamental do Estado», sublinhou a governante, durante a sessão de encerramento do seminário «Teletrabalho: Uma Experiência Transnacional».

«O Estado não pode limitar-se a ser espectador e apoiante de acções efectuadas por outros, é obrigado a promover acções que garantam essa igualdade», frisou Maria de Belém.

Para a ministra, apesar de a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres estar consagrada na Lei Fundamental da República, existem ainda muitos factores e práticas culturais que constituem um entrave à sua efectivação, como a discriminação por causa da maternidade.

Na opinião da ministra para a Igualdade, o direito a conciliar a vida profissional e a vida

PELO PAÍS

Governança Aberta

familiar «deve ser comum a homens e mulheres».

Para contornar os obstáculos existentes a efectiva integração profissional, uma solução possível é o recurso ao teletrabalho, através da «utilização das ferramentas disponibilizadas pela sociedade da informação e gestão correcta do tempo», salientou. Segundo Maria de Belém, «Portugal é um dos países onde a taxa de empregabilidade das mulheres é maior», mas no qual «o nível de rendimento das mulheres é cerca de 30 por cento inferior ao dos homens».

«Existe também um problema grave a nível do desemprego de longa duração nas mulheres com mais de 54 anos ou licenciadas», acrescentou.

Para estes casos, «o teletrabalho pode ser uma resposta, ao permitir que as pessoas se autonomizem em relação ao trabalho», notou.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes anunciou, no dia 5 em Braga, que a Organização Ibero-Americana da Juventude, presidida por Portugal, tinha criado, em São Paulo, Brasil, uma Comissão Internacional para os Direitos dos Jovens e dos Adolescentes.



Falando aos jornalistas no final da visita que efectuou à Mostra Nacional de Jovens Criadores, Miguel Fontes adiantou que a Comissão fará uma carta dos direitos dos jovens ibero-americanos.

O documento será apresentado na Conferência de Ministros da Juventude da Organização, que se reúne no ano 2000 no Panamá.

«Há que fazer a consagração legal e a efectivação dos direitos nos diferentes domínios, da educação, ao emprego, a saúde e aos direitos reprodutivos, e realizar um trabalho de sensibilização que envolva os governos, os poderes legislativos, as agências da Nações Unidas e a sociedade civil, através de organizações não-governamentais», declarou.

O governante regressava, domingo, do Brasil, onde presidira a uma reunião da Organização Ibero-Americana da Juventude, que integra 21 países, 19 da América do Sul e Central e Portugal e Espanha da Península Ibérica.

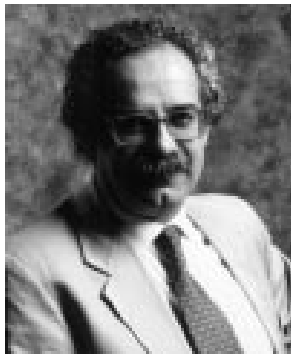
Miguel Fontes salientou que a proposta de

direitos dos jovens a elaborar pela Comissão será analisada e aprovada politicamente pelos ministros no Panamá de forma a que seja assumida juridicamente por cada um dos países participantes.

Salientando que enquanto a Europa se debate com o envelhecimento da população, na América Latina sucede o contrario — «pelo que falar de juventude é falar de todos os cidadãos» —, o secretário de Estado lembrou que naquele sub-continente há um grande número de jovens que não acedem a uma educação de qualidade, que são analfabetos ou que abandonam a escola precocemente.

PLANEAMENTO

O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, salientou a necessidade dos empresários das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha passarem da «reflexão à acção, no concretizar de negócios».



Ricardo Magalhães falava, na passada quinta-feira, em Sines, durante a sessão de abertura do III Encontro Empresarial Alentejo-Centro-Extremadura, que reuniu cerca de duas centenas de empresários das regiões fronteiriças dos dois países.

Ao classificar o encontro, o governante considerou-o como «imprescindível» para identificar negócios, mas incentivou os participantes a aproveitar a iniciativa para fazer dela «um exercício de como agir».

«Ao fim de três encontros existem já contributos suficientes e estudo para uma reflexão estratégica. Com tantos empresários presentes há aqui uma oportunidade para convergirem num negócio comum», disse.

No encontro onde foram debatidos os temas «Infra-estruturas de Transporte de Interesse Comum» e «Turismo e Ambiente», Ricardo Magalhães garantiu ainda que as conclusões não serão postas na gaveta pelo Executivo.

No Alentejo, região considerada a mais pobre do País, Ricardo Magalhães destacou o surgimento de uma «maior dinâmica do tecido empresarial», em especial no Norte da região e em Sines.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, anunciou na passada

sexta-feira, no Porto, o reforço dos meios para intervenção no desenvolvimento social e promoção da qualidade de vida dos mais carenciados.

«Os recursos serão mais significativos e a Área Metropolitana do Porto terá acesso mais facilitado a esses apoios», sublinhou Vieira da Silva na reunião de balanço do trabalho desenvolvido pela direcção do Projecto de Luta Contra a Pobreza no Bairro de São João de Deus, um dos mais problemáticos da cidade do Porto.

O governante disse que a repartição dos fundos à escala regional será «diferente» do que aconteceu com o anterior Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apesar das negociações do PDR para os próximos anos ainda não terem terminado.

Relativamente ao Projecto de Luta Contra a Pobreza desenvolvido nos últimos nove anos no bairro de São João de Deus, Vieira da Silva salientou a «interdisciplinaridade» dos projectos desenvolvidos, garantindo a continuação de alguns.

O secretário de Estado garantiu ainda que os projectos «ARRIMO» e «ANIMA», nas áreas da toxicod dependência e apoio à infância (0-12 anos) e suas famílias, estão já incluídos no orçamento da Segurança Social para o ano 2000.

«O grande objectivo é transformar acções exemplares em acções correntes», sublinhou, acrescentando que os projectos desenvolvidos e apresentados pelo padre José Maia serão integrados na Segurança Social como «actividades normais».

AMBIENTE

Governo lança

NOVO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

O Governo socialista anunciou, no dia 6, um novo programa de requalificação urbana e ambiental a ser lançado em Março do próximo ano, e que foi qualificado como uma das prioridades do Ministério do Ambiente.

O anúncio foi feito pelo ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, durante a entrega do Prémio Nacional «Imagem da Cidade» no Palácio Foz, em Lisboa.

O programa «Cidades» visa a requalificação urbana e a melhoria ambiental, incidindo especialmente sobre as áreas já construídas.

O Ministério do Ambiente e Ordenamento pretende a apresentação de projectos que privilegiem a recuperação de valores de referência das cidades.

Segundo Sócrates, esta será uma das maiores apostas do ministério e «o objectivo é a execução de projectos porque os estudos já estão feitos».

Quanto às verbas, ainda não há valores estabelecidos porque o projecto ainda está em elaboração.

O titular da pasta do Ambiente assegurou que o ministério contactará alguns municípios para que apresentem as suas propostas, mas qualquer autarquia se pode candidatar.

O prémio bianual «Imagem da Cidade», criado com o objectivo de distinguir intervenções exemplares e inovadoras na âmbito da requalificação urbana para a valorização da imagem dos centros urbanos, foi este ano entregue à Câmara Municipal de Vila do Conde.

De entre as 18 candidaturas apresentadas por 13 municípios, foram ainda distinguidas as Câmaras de Castro Marim pelo trabalho paisagístico realizado na zona ribeirinha e de Guimaraes pelo pro-



jecto de reabilitação efectuado nas Casas Alpendradas.

O município vencedor foi distinguido pela intervenção no centro histórico, obra que custou um milhão de contos, comparticipada em 75 por cento por fundos europeus.

Em declarações à imprensa, o presidente da Câmara de Vila do Conde, o camarada Mário de Almeida, sublinhou que a distinção conferida à intervenção efectuada pela autarquia no centro histórico «é motivo de reconhecimento e alegria», sobretudo «porque havia projectos de grande qualidade no resto do País».

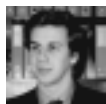
Os aspectos destacados pelo júri para a distinção de Vila do Conde foram «a melhoria cuidada de diversas artérias do núcleo antigo da cidade, a contínua atitude de preservação do património, a reestruturação dos espaços verdes de valor simbólico e arquitectónico e a utilização de elementos caracterizadores como o granito», referiu Mário Almeida.

O prémio entregue por José Sócrates inclui o financiamento de um projecto no valor de 20 mil contos e a atribuição de uma obra de arte, orçada em 10 mil contos.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

Funcionamento da AR

## PELA REVALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA



O deputado do PS Ricardo Castanheira afirmou no dia 2 de Dezembro, no Parlamento, que «os sinais de alheamento e de desinteresse crescentes dos cidadãos, e em particular dos mais jovens, face à "coisa pública", assim como a desconsideração social de que são alvo todos aqueles que se envolvem na vida política nacional devem merecer de todos nós, sem excepção, igual preocupação».

Aliás, acrescentou, «um certo espírito de unidade política quanto à busca de soluções reais neste domínio ficou bem patente na sessão solene de abertura desta câmara».

Ricardo Castanheira, que falava durante o debate do projecto de deliberação de «Os Verdes» que visa a adopção de medidas tendentes à melhoria do funcionamento da Assembleia da República e à sua credibilização, sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS «comunga de algumas das preocupações e das considerações expostas na introdução de tal projecto, de tal forma que, através de iniciativas legislativas próprias e no apoio a medidas

protagonizadas pelo Governo, considera, desde logo, prioritária a aposta num reforço da nossa cultura democrática e na revalorização da democracia representativa».

Assim, frisou Ricardo Castanheira, «quando entende o PS, no seu todo – Grupo Parlamentar e Governo – como designio nacional a ultrapassagem no espaço de uma geração do atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia, tem em linha de conta que tal se prende, não apenas com questões de carácter económico e social, mas igualmente com a qualidade da nossa democracia e do sistema representativo, cujo epicentro é a própria Assembleia da República».

No entanto, adiantou, serão com certeza «contraditórios, excessivos e injustos» os considerandos apresentados no projecto de «Os Verdes» em análise, «ainda que a coberto de um intencional manto de constitucionalidade».

Em suma, concluiu, o projecto em análise «é redutor perante a importância e a dimensão do objecto que trata, assim como tem imprecisões no seu alcance, face às actuais normas regimentais».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO AFONSO CANDAL

Ordenamento

## EXERCÍCIO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA



«O PSD que se define: ou tem ideias claras e coragem para as assumir ou resta-me aconselhá-los a irem brincar para outras "áreas"».

O *ultimatum* foi deixado, no passado dia 2, no Parlamento, pelo deputado socialista Afonso Candal a propósito do projecto de lei 12/VII – iniciativa da bancada laranja –, que prevê a criação da Área Metropolitana de Aveiro.

Recorde-se que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, na Assembleia da República, em meados de Novembro último, um diploma que, segundo diziam os deputados laranja, «cumpria uma promessa eleitoral».

Afonso Candal discorreu categoricamente desta pretensão da oposição, frisando que o simples facto de lançar à discussão um projecto de lei não garante a corresponsabilidade das expectativas das gentes de Aveiro.

«Esta postura só demonstra que tal não passa, afinal, de um mero exercício de desresponsabilização política», denunciou o parlamentar do PS.

Para facilitar a análise, o deputado Afonso Candal dividiu o diploma em estudo em três partes.

«Relativamente às estruturas e funcionamento, os deputados proponentes limitam-se, salvo pequenos apontamentos pouco imaginativos, a transcrever o que consta da lei de criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto», observou Candal, acrescentando que se a fórmula foi a correcta há oito anos atrás, hoje pode ser considerada manifestamente insuficiente e até necessitada de diversas altera-

ções.

Mas, se nestes aspectos não houve originalidade, já no tocante ao âmbito territorial «temos de facto uma inovação: não se sabe qual é».

O projecto de lei 12/VII diz apenas relativamente à pretendida Área Metropolitana que o âmbito da mesma «é definido por decreto-lei, ouvidos os municípios do distrito de Aveiro, no respeito pelo princípio da continuidade geográfica».

Para Afonso Candal, esta é uma demarcação territorial indiscutivelmente «diferente», embora peque por omissão, «podendo mesmo ser inconstitucional».

Por último, o objectivo do diploma laranja, ou seja, o título, é, para o deputado socialista, «o melhor do projecto de lei».

Todavia, Candal não deixou de questionar-se sobre se a criação da Área Metropolitana de Aveiro será a melhor solução, confessando permanecer sem uma resposta satisfatória, mas com uma certeza: a de que a proposta do PSD não é a melhor solução para Aveiro.

Para terminar a sua alocução e feitas algumas contas, Afonso Candal interrogou: «Não estarão os senhores seis deputados do PSD eleitos pelo distrito de Aveiro a esconder a vossa verdadeira intenção de criar uma Área Metropolitana constituída por oito municípios atrás de números floreados e expedientes normativos que não são mais que areias atiradas para os olhos de quem deposita legítimas expectativas num final feliz, à moda de Aveiro, para o futuro supramunicipal do distrito?».

«Tenham coragem! Assumam as vossas ideias! Não enganem o distrito de Aveiro!», exortou em tom de exigência.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Projecto de resolução

## PS IMPEDE REVOGAÇÃO DE DIPLOMA SOBRE ÁGUAS E RESÍDUOS SÓLIDOS INTERMUNICIPAIS

O Parlamento assistiu no passado dia 2, pela primeira vez na presente legislatura, a um empate numa votação, resultado suficiente para o PS impedir a aprovação de um projecto de resolução que revogava um decreto-lei sobre águas e resíduos sólidos municipais.

Perante os votos favoráveis do PSD, PCP, PP e Bloco de Esquerda, e a oposição do PS, a votação foi de novo repetida, registando-se idêntico resultado, que chumbou o projecto de resolução.

Nenhum dos deputados da oposição solicitou depois a votação nominal.

O PS e o conjunto da oposição (PSD, PCP, CDS/PP, BE e PEV) detêm o mesmo número de lugares do Parlamento: 115.

O projecto comum a sociais-democratas e comunistas pretendia revogar um decreto-lei do Governo que revogou uma lei da Assembleia da República (aprovada então por todos os partidos da oposição) para permitir às câmaras a gestão em monopólio de sistemas de água e de resíduos sólidos intermunicipais.

Na mesma série de votações, PS e PSD juntaram-se para chumbar um projecto de

resolução do PCP de recomendações ao Governo sobre a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle (Estados Unidos da América).

Além dos votos comunistas, o documento contou com a posição favorável do Bloco de Esquerda e com a abstenção do PP. Aprovado foi o documento do PS sobre a OMC, que somou as abstenções do PSD e do PP, além dos votos contra do PCP e do Bloco de Esquerda.

O deputado socialista Strecht Ribeiro optou pela abstenção em relação à proposta do seu partido.

**Projecto do PP «chumbado»**

O plenário recusou também um projecto de resolução do PP para a criação de conselhos económicos regionais, documento que contou apenas com os votos favoráveis do PSD e dos populares, e com a abstenção do Bloco de Esquerda.

Socialistas e comunistas reprovaram a iniciativa do PP.

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 9

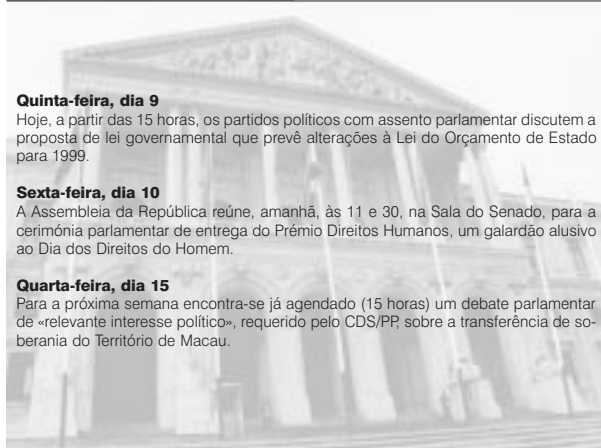
Hoje, a partir das 15 horas, os partidos políticos com assento parlamentar discutem a proposta de lei governamental que prevê alterações à Lei do Orçamento de Estado para 1999.

### Sexta-feira, dia 10

A Assembleia da República reúne, amanhã, às 11 e 30, na Sala do Senado, para a cerimónia parlamentar de entrega do Prémio Direitos Humanos, um galardão alusivo ao Dia dos Direitos do Homem.

### Quarta-feira, dia 15

Para a próxima semana encontra-se já agendado (15 horas) um debate parlamentar de «relevante interesse político», requerido pelo CDS/PP sobre a transferência de soberania do Território de Macau.



DEPUTADO FRANCISCO VALENTE

Salário Mínimo

## DECIDIR COM PONDERAÇÃO



O deputado socialista Francisco Valente considerou, no dia 2, na Assembleia da República, que caso o projecto de lei do PCP que prevê um aumento do Salário

Mínimo Nacional de 5,3 por cento fosse aprovado «estaríamos perante perdas sérias para o conjunto da economia e de resultados pouco significativos para os trabalhadores».

«Acresce que o referido decreto e a iniciativa política que o concretiza é completamente dispensável, pois o Governo assumiu e tem concretizado uma política sistemática de aumento do salário mínimo, medida em termos reais», disse o parlamentar do PS.

Recorde-se que, dando continuidade à política desenvolvida desde 1995, o Executivo socialista aprovou em reunião de Conselho de Ministros realizada no passado dia 18 de Novembro, os novos valores do Salário Mínimo Nacional, passando dos actuais 61 300 escudos para 63 800 escudos, no regime geral, e dos 56 900 escudos para os 60 mil escudos, no serviço doméstico, o que perfaz um uma variação positiva de 4,1 pontos percentuais.

Segundo Francisco Valente, o Governo socialista «ao proceder a esta actualização muito antes do final do ano, permite assim a vigência efectiva e imediata do Salário Mínimo Nacional desde o dia 1 de Janeiro de 2000».

Na opinião do deputado do GP/PS, a pretensão comunista de um aumento da retribuição mínima mensal garantida em 5,3 pontos percentuais, embora abrangendo somente 6 por cento dos trabalhadores, é prejudicial.

É que o Salário Mínimo, a exemplo do que acontece noutros países, e que fora inicialmente concebido com a função de constituir o limite inferior para a fixação das retribuições laborais, tem vindo a exercer outras finalidades, como seja a de referência para o cálculo de muitas prestações salariais e sociais.

«Esta dupla função do Salário Mínimo Nacional justifica, pois, que, ao serem fixados novos valores de actualização, sejam levados em conta os critérios de racionalidade económica e social, permitindo um aumento sustentável do poder de compra dos trabalhadores», explicou Francisco Valente, para quem é importante não contrariar o desenvolvimento económico e a competitividade do sector empresarial, bem como a manutenção do nível do emprego.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Projecto de lei

## CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE

Os deputados do PS eleitos pelo distrito de Vila Real apresentaram na Assembleia da República um projecto de lei que tem por objectivo a criação da Freguesia de Santa Cruz/Trindade, no concelho de Chaves.

O projecto dos deputados Alexandre Chaves e António Martinho repõe iniciativa idêntica da anterior legislatura e pretende, assim, mais uma vez, reafirmar a vontade das populações na área daquele concelho que virá a constituir a nova fre-

guesia e dar sequência ao seu sentir unânime.

Na exposição de motivos está bem patente a justeza de tal desiderato das populações.

Efectivamente, «a freguesia a criar é róiquia desde 26/12/93». Ali existem duas igrejas paroquiais, uma associação recreativa e cultural, três jardins-de-infância e uma escola do 1º ciclo do ensino básico, o que denota uma identidade, bem como uma vivência própria e autónoma.



## Jorge Sampaio promove conferência sobre «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação»

**D**esde a invenção do computador, cada inovação no domínio das tecnologias de informação e comunicação parece gerar ideias para aplicar na política e governação e alimentar o debate acerca da teledemocracia.

Esta vai ser uma temática central em discussão na Conferência «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação», a decorrer hoje e amanhã, em Lisboa, sob a organização da Presidência da República. A teledemocracia assenta na ideia de que, no futuro, os cidadãos irão informar-se, encontrar-se e até votar através do telefone, da televisão por cabo e do computador, e será o tema específico da comunicação de William Dutton.

A intervenção de Dutton, professor de Comunicação na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e cuja obra mais recente se intitula «Society on the Line: Information Politics in the Digital Age», vai estar integrada no painel «Democracia Electrónica: A Centralidade do Acesso».



Moderado por Graça Simões, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e com comentários de Rui Cádima, este painel será o segundo do primeiro dia da conferência.

Após a sessão de abertura, presidida por Jorge Sampaio e a que deverá compare-

cer o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, o primeiro painel em discussão na conferência vai abordar o tema «Novos e Velhos Media: A Formação de Opinião Pública e a Democracia».

O primeiro painel conta com uma comunicação de Patrick Champagne, que vai analisar o papel dos «media» nas sondagens de opinião e na própria democracia.

O sociólogo francês, membro do Centro de Sociologia Europeia e docente na Universidade de Paris, efectua, desde 1984, pesquisas no domínio da sociologia política e dos «media». «Discurso e Processos de Decisão na Era da Informação» é o tema do terceiro painel em discussão hoje.

Brian Loader é o orador convidado, numa comunicação sobre os discursos e processos de decisão na era da informação. Brian Loader é co-director da Unidade Comunitária de Pesquisa e Aplicações Informáticas, na Universidade de Teeside (Reino Unido), e os seus trabalhos académicos focam questões relacionadas com a emergência da nova informa-

ção e comunicação tecnológicas.

No segundo dia da conferência, os trabalhos abrem com um painel subordinado ao tema «Para uma Cidadania Electrónica: A Democracia e as Novas Tecnologias da Comunicação» e contam com a participação de Stefano Rodotà como orador convidado e com o sociólogo José Manuel Paquete de Oliveira como comentador.

Presidente da Comissão de Protecção de Dados e membro do Grupo de Ética nas Ciências e Novas Tecnologias da União Europeia, o investigador italiano irá falar das novas formas de democracia e cidadania criadas pelas recentes tecnologias de informação.

Após a apresentação das conclusões da conferência, os trabalhos deverão encerrar com um debate sobre «Cidadania e Sociedade de Informação», moderado pela jornalista Diana Andringa, e que conta com a participação de Manuel Pinto, da Universidade do Minho, Maria Eduarda Gonçalves, do ISCTE, Paquete de Oliveira e Francisco Rui Cádima.

TIMOR-LESTE

Administração

## PRIMEIRA LEI DO TERRITÓRIO ABOLIU PENA DE MORTE E «CONFISCOU» BENS INDONÉSIOS

O primeiro regulamento da Untaet (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste) mantém em vigor no território o sistema de Justiça indonésio, mas aboliu seis leis e a pena de morte.

O primeiro regulamento assinado por Sérgio Vieira de Mello diz respeito aos poderes da administração transitória e é composto por oito artigos, um dos quais a «confiscar» os bens indonésios em Timor-Leste. O artigo terceiro explica que «as leis vigentes em Timor-Leste antes de 25 de Outubro de 1999 manter-se-ão válidas em Timor-Leste desde que não entrem em conflito com as normas» internacionais sobre direitos humanos.

Assim, do sistema de Justiça em vigor, o administrador de Timor-Leste aboliu as seguintes leis: Lei das Organizações Sindicais, Lei da Segurança Nacional, Lei da Protecção e Defesa Nacional, Lei da Mobilização e Desmobilização, Lei da Defesa e Segurança e Lei da Polícia.

Sérgio Vieira de Mello aboliu também a pena capital.

O regulamento 1999/1, sobre os poderes da administração transitória em Timor-Leste só agora foi divulgado mas «será considerado como tendo entrado em vigor a 25 de Outubro de 1999, data de aprovação da resolução 1272 (1999) pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas».

Através da resolução 1272, o Conselho de Segurança, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, criou uma administração transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (Untaet), com a responsabilidade geral pela administração de Timor-Leste e com competência para exercer todos os poderes legislativos e executivos, incluindo a administração da Justiça.

Foi com base nessa resolução que o administrador transitório (assim denominado no primeiro regulamento) promulgou o diploma.

No primeiro artigo, o documento explica que todos os poderes legislativos e executivos referentes a Timor-Leste, incluindo a administração do sistema judicial, estão investidos na Untaet e são exercidos pelo administrador transitório.

«O administrador transitório pode nomear quaisquer indivíduos para exercer funções na administração civil de Timor-Leste, incluindo no sistema judicial, assim como exonerá-los», diz o regulamento.

Afirma também que todas as pessoas que exerçam funções públicas ou sejam titulares de cargos públicos em Timor-Leste deverão observar normas sobre direitos humanos reconhecidos internacionalmente e não «discriminarão ninguém por qualquer motivo, tal como sexo, raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, associação com alguma comunidade nacional, património, naturalidade e outras situações».

«No desempenho dos deveres conferidos à administração transitória à luz da resolução 1272, o administrador transitório emitirá, quando for necessário, diplomas legislativos sob forma de regulamentos», que se mantêm em vigor até serem revogados por Sérgio Vieira de Mello ou anuladas por regras emitidas após a transferência de poderes para as instituições democráticas em Timor-Leste.

Segundo o artigo quinto, «a promulgação de qualquer regulamento da Untaet requer a aprovação e assinatura do administrador transitório» e os «regulamentos entraram em vigor nas datas nele especificadas». Os regulamentos serão emitidos em inglês, português e indonésio e ostentarão o símbolo Untaet/REG. O administrador terá competência para emitir directivas administrativas (Untaet/DIR) referentes à aplicação dos regulamentos promulgados.

A Untaet, diz também a primeira lei do território, administrará os bens móveis e imóveis, incluindo dinheiros, contas bancárias e outros bens pertencentes à República Indonésia, ou registados em nome desta, assim como quaisquer órgãos subsidiários e agências suas que se encontrem no território de Timor-Leste.

A Untaet administrará igualmente todo o património, tanto o indonésio como «o de titularidade privada e que tenha sido abandonado depois de 30 de Agosto de 1999, data da consulta popular, até que os seus proprietários legítimos sejam determinados».

UE

Defesa

## EXÉRCITO EUROPEU EM PERSPECTIVA

O chefe da diplomacia francesa, Hubert Védrine, e o responsável pela Política Externa e de Segurança Comum (PESC) dos Quinze convergiram no passado dia 3 em lançar na próxima Cimeira de Helsínquia a semente de uma força europeia de intervenção rápida.

O senhor PESC, Javier Solana, disse que a credibilidade da União Europeia (UE) depende da capacidade de expressar, de forma clara, a sua vontade e capacidade de acção em matéria de defesa.

Neste sentido, preconizou a criação de um contingente armado, de intervenção em cenários de crise, com 60 mil a 100 mil homens, cuja missão será criar a estabilidade em poucos meses e manter a paz durante dois anos.

O dignitário espanhol considerou que se os representantes à Cimeira Europeia de Helsínquia forem capazes de tomar uma decisão neste capítulo, será um momento histórico.

Acerca da estrutura de decisões, apontou para uma comissão política e de segurança de alto nível, e outra formada pelos chefes dos Estados-Maiors militares, a par de uma plataforma dos ministros de Defesa dos Quinze e um Estado-Maior Europeu.



Acerca da vigilância requerida sobre os países candidatos à participação no projecto, concluiu que, primeiro, será preciso a capacidade de acção ideal para a Europa e, só depois, repartir papéis.

UE

Seixas da Costa considera

## PRESIDÊNCIA PORTUGUESA É MAU MOMENTO PARA DEFESA DOS NOSSOS INTERESSES

A presidência portuguesa da União Europeia (UE) será um mau momento para a defesa de interesses nacionais específicos, caso Portugal entre em conflito com outros Estados-membros ou com a Comissão Europeia.

A advertência foi feita pelo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, na sua primeira entrevista sobre o exercício da segunda presidência portuguesa da UE, que se inicia a 1 de Janeiro e termina a 30 de Junho do próximo ano.

Na entrevista à agência Lusa, o «homem-chave» da próxima presidência rotativa do Conselho de Ministros da UE qualificou de «parroquial» a ideia de que o próximo semestre será vantajoso para a resolução de eventuais problemas que Portugal venha a ter no seio da União.

«Não vamos pensar que a presidência é uma espécie de momento para a resolução de questões luso-portuguesas no plano europeu. Isso é uma visão parroquial do exercício da presidência», declarou Seixas da Costa, governante que, por inerência, coordenará todos os «dossiers» da actividade comunitária no próximo semestre.



Todavia, o secretário de Estado salientou que, actualmente, «Portugal não tem, no plano europeu, questões difíceis em matéria de interesses portugueses directos que possam encontrar, durante o período da presidência, o tempo menos adequado para a sua resolução».

Mas caso aconteça, acrescentou, «a circunstância de estarmos numa posição que tem de ser neutral obriga a uma certa contenção e isso poderia teoricamente limitar a possibilidade de fazer valer alguns interesses».



## O DESAFIO PARA OS LUSO-DESCENDENTES

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, desafia, na sua Mensagem de Natal, os jovens luso-descendentes a valorizarem-se para que fiquem apetrechados a mostrar nas sociedades de acolhimento o valor de ser português.

Na Mensagem de Natal dirigida, no dia 7, a todos os portugueses espalhados pelo mundo, José Lello lança às novas gerações «o desafio do milénio», adiantando que vão ter pela frente «uma sociedade extremamente competitiva, onde serão necessárias melhores qualificações académicas, técnicas e profissionais».

Segundo o responsável pelos assuntos da emigração, os desafios que se colocam «serão muito grandes», sendo essencial deterem os princípios «cívicos e a honestidade de comportamentos que sempre foram a marca dos portugueses da emigração».

Como o Natal é a festa da família deve-se pensar no futuro dos jovens luso-descendentes que «serão o devir das comunidades portuguesas», devendo mantê-los ligados à identidade cultural portuguesa e ao património da língua de Camões, frisa Lello, salientando ainda que, neste dealbar do novo milénio, os portugueses e luso-descendentes que, longe de Portugal, cumprem a tradição natalícia, da consoada em família e do reencontro de gerações, devem encarar este Natal como «um ponto de partida, para assumirmos novos desafios e prioridades inovadoras» no que às comunidades emigrantes diz respeito.

Na mensagem, José Lello sublinha que este será «o primeiro Natal pleno de esperança» para os timorenses, manifestando votos de «uma réstia de paz e de luz para os africanos sujeitos ao sofrimento infundo duma guerra injusta e sem regras».

Também os idosos são evocados na mensagem do governante, que revela a criação, no próximo ano, de «um programa de apoio aos idosos mais carenciados residentes em países onde os esquemas de protecção social são praticamente inexistentes».

Desejando um feliz Natal e próspero ano 2000 a toda a diáspora, o secretário de Estado das Comunidades considera que a época natalícia, vivida longe da família, será feita de «memórias vivas, de reflexão sentida, de recordações dos entes queridos, de nostalgia pelos que partiram, mas também de alegria pelos que chegam e de optimismo pelos que virão».

«Para que, neste milénio que se avizinha, as comunidades portuguesas tenham maior visibilidade e maior proeminência pública e social, para que continuem, agora através das novas gerações, a ser,



cada vez mais, o que sempre foram: motivo de orgulho e de prestígio para Portugal e para todos os portugueses», conclui José Lello.

### A voz dos emigrantes nas presidenciais de 2001

Outra das responsabilidades das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro reside na escolha livre e democrática dos representantes institucionais do País.

José Lello reafirmou na terça-feira, ao jornal diário «Público», que os emigrantes devem votar para a Presidência da República em 2001, considerando que «quem elege os deputados, deve eleger o Presidente».

«Estou certo de que tal irá acontecer», disse o secretário de Estado das Comunidades, comentando o facto de começar a escassear o tempo para que a Lei Eleitoral seja alterada, adaptando-a à Constituição da República.

«Com idêntica convicção com que, em Dezembro de 1995, exprimi que aquelas, as de 1996, iam ser as últimas eleições presidenciais sem uma activa e interveniente participação dos portugueses do exterior, estou agora certo que tal irá acontecer em 2001», afirmou o governante.

Mas para que os emigrantes participem nas presidenciais é necessário que a Lei Eleitoral seja alterada, o que exige a sua aprovação por dois terços dos deputados.

Em declarações à Imprensa, o ministro da Reforma do Estado, Alberto Martins, disse que estava a preparar a legislação sobre a matéria e que deverá estar pronta até ao fim do primeiro trimestre do próximo ano.

«Segundo a disposição constitucional, enquanto a lei não foi aprovada mantém-se o regime anterior», afirmou Alberto Martins.

De acordo com o «Público», a questão terá que ser esclarecida porque o uni-

verso da diáspora portuguesa, estimada em 4,8 milhões de pessoas, engloba cidadãos com vários tipos de ligação a Portugal: dos emigrantes de primeira geração aos de dupla nacionalidade e luso-descendentes em diversos graus. Segundo afirmou o secretário de Estado das Comunidades, «terão de ser elegíveis para votar os nacionais portugueses, na plenitude dos seus direitos de cidadania, maiores de 18 anos e inscritos nos cadernos de recenseamento eleitoral». «Não poderá haver distinções entre direitos consagrados para a eleição dos dois órgãos de soberania. Quem elegeu os deputados deverá ter capacidade de eleger o Presidente da República, e ponto final», concluiu.

### Apoio a idosos carenciados na diáspora

Mas as relações com a diáspora lusitana não se saldaram pelas exigências de participação, passando também pela solidariedade.

Assim, na mesma terça-feira, dia 7, José Lello e Rui Cunha assinaram um acordo que visa ajudar os idosos carenciados nas comunidades portuguesas, uma «medida inovadora» direccionada aos «esquecidos» e «excluídos da sorte».

O acordo, assinado no Palácio das Necessidades pelo secretário de Estado das Comunidades, José Lello, e pelo secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho, Rui Cunha, entrará em vigor a partir de Março, assim que o Orçamento de Estado for aprovado.

José Lello, que falava à Imprensa no final da celebração do protocolo, salientou a importância da aplicação do ASIC/CP (Apoio Social a Idosos Carenciados nas Comunidades Portuguesas), considerando tratar-se de uma «reivindicação profunda» das comunidades e que traduz uma «política inovadora do Estado português».

Por seu turno, Rui Cunha frisou também a importância do apoio social a idosos carenciados nas comunidades portuguesas, destacando que este visa ir ao encontro dos mais necessitados e em situação económica difícil.

«Por isso, em conjunto com a Secretaria de Estado das Comunidades resolvemos dar resposta a esse problema», disse.

Segundo Rui Cunha, os idosos carenciados e interessados no subsídio deverão apresentar as candidaturas nos consulados de Portugal nos países de acolhimento.

O governante garantiu que os subsídios começarão a ser atribuídos aos idosos carenciados em Abril de 2000.

Segundo Rui Cunha, o valor desse subsídio obtém-se através de uma média aritmética entre o valor da pensão social de Portugal – 25 mil escudos actualmen-

te –, e o valor da pensão social no país de acolhimento ou, se não existir pensão social no país de acolhimento, será calculada a média da pensão dos países do continente a que esse país pertença. Adiantou que o valor da pensão a ser atribuída nunca será superior a 34 mil escudos, que é o valor da pensão mínima do regime contributivo.

Numa primeira fase a medida será aplicada aos idosos carenciados residentes em África e na América Latina, estando para isso previstos cerca de 500 mil contos para serem distribuídos e atribuídos no ano 2000.

### Lello em Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Macau

Encontros com as comunidades portuguesas, visitas a associações lusas e inaugurações de consulados foram, entretanto, alguns dos compromissos agendados para José Lello durante a visita oficial de dez dias que o levará à Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Macau. O secretário de Estado das Comunidades inicia a visita, hoje, na capital australiana, encontrando-se com Stepan Kerkyasharian, presidente da Comissão dos Assuntos Étnicos da Nova Gales do Sul.

Lello reservou o dia de amanhã para se reunir com o presidente do parlamento de Sidney, Meredith Burgmann.

No sábado, o governante inaugura o Consulado-Geral de Portugal na capital australiana.

Mais tarde, visita o Clube Portugal Madeira e janta com a comunidade portuguesa no Clube Português de Sidney, encerrando assim a sua visita à Austrália, que acolhe, segundo os últimos dados oficiais e relativos a 1997, cerca de 55 mil portugueses, dos quais apenas 22 mil estão recenseados.

No dia 12, José Lello viaja para a Nova Zelândia, mas só no dia seguinte tem encontro marcado com a comunidade portuguesa, em Auckland.

A partir de terça-feira, dia 14, o secretário de Estado das Comunidades desloca-se a Kuala Lumpur, encontrando-se depois com representantes de Associações de luso-descendentes em Malaca, encerrando a sua visita à Malásia na quarta-feira.

Lello viaja no dia seguinte para Hong Kong, partindo depois para Macau, onde irá inaugurar o Consulado de Portugal naquele território, no dia 17 de Dezembro.

O governante integrará de seguida a comitiva do Presidente da República, Jorge Sampaio, presente na cerimónia da transferência do exercício da soberania de Macau de Portugal para a República Popular da China, agendada para dia 19 de Dezembro.

DIA DO DEFICIENTE

Ferro Rodrigues afirma

## EMPREGO É FACTOR ESSENCIAL PARA PLENA INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O ministro do Trabalho e da Solidariedade apelou dia 3, em Beja, às entidades empregadoras para apostarem na criação de postos de trabalho para pessoas com deficiência porque o emprego «é factor essencial para a sua plena integração social». Ferro Rodrigues, que presidiu às comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, falava durante a cerimónia de entrega dos Prémios de Mérito 98 às empresas e pessoas deficientes que criaram o seu próprio emprego, atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A esta edição do prémio, atribuído anualmente, concorreram 69 entidades empregadoras e dez pessoas com deficiência, consistindo o mesmo num diploma de mérito que inclui uma prestação pecuniária no valor de 18 (primeiro classificado), 14 (segundo) e 10 (terceiro) vezes o salário mínimo mensal.

Considerando que a atribuição de prémios e incentivos às empresas para empregarem pessoas com deficiência «não é a solução, mas é parte dela», o ministro incentivou mais entidades a aderirem ao projecto, lamentando ainda serem «poucas as que compreendem os inúmeros benefícios que estas pessoas podem dar a nível empresarial».

«Este caminho da integração de pessoas deficientes, especialmente na inserção



pelo trabalho, faz-se andando e nunca se chega ao fim, mas é importante que a maioria das empresas compreendam a importância que pode ter a criação destes postos de trabalho para o seu ambiente de trabalho, melhoria de competitividade e a sua própria imagem empresarial», re-

alçou.

Uma área na qual, ainda assim, o Governo, segundo Ferro Rodrigues, «muito tem feito», mas que «nos próximos vai melhorar ainda mais», nomeadamente através da aplicação na prática na Administração Pública da quota de cinco por cento de pos-

tos de trabalho para pessoas com deficiência.

«O diploma está já a ser objecto de regulamentação técnica ao nível da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa», explicou o ministro, dizendo-se «apostado, mas nunca totalmente satisfeito», na melhoria do apoio social às pessoas deficientes, uma «importante prioridade da política de Solidariedade do Governo».

### Consciência social

Instado ainda a comentar a ausência da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) das comemorações, que se absteve por considerar que o Governo teve uma visão tecnocrática em relação às mesmas, Ferro Rodrigues preferiu referir-se a quem esteve presente.

«A esmagadora maioria das confederações e associações de carácter nacional estão representadas e cada um tem a liberdade de se exprimir da maneira que acha mais adequada», disse.

Carlos Cardim, responsável pela empresa que venceu o outro primeiro lugar, não se arrepende de ter criado postos de trabalho para pessoas com deficiência (dez dos 95 totais).

«Fizemo-lo por uma questão de princípio e de consciência social porque são trabalhadores exactamente iguais aos outros», asseverou.

SAÚDE

Sida

## MAIS APOIO PARA AS VÍTIMAS

O Executivo está pronto a dar todo o apoio institucional e os meios de combate às vítimas da maior epidemia da história do século XX.

A garantia foi dada pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, no passado dia 1 de Dezembro, Dia Mundial da Luta Contra a Sida.

A governante falava aos jornalistas à chegada ao topo do Parque Eduardo II, onde a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida instalou um lenço vermelho em grandes dimensões - símbolo do combate à doença - e colocou 3 647 velas, tantas quantas as vítimas mortais em Portugal.

A intenção da ministra era «marcar presença para fazer passar a mensagem de sensibilização porque esta é uma doença de mentalidades», e acender uma das velas, mas até chegar ao local foi sendo interrompida por várias pessoas entre as mais de três centenas que resolveram aderir à iniciativa. Sobretudo familiares e amigos de vítimas,



muitos dos presentes, e um toxicodependente sem abrigo dirigiram-se a Manuela Arcanjo para pedir algum apoio

ou criticar a situação na área da Saúde. Manuela Arcanjo parou e ouviu atentamente todas as pessoas que com ela quiseram conversar alguns minutos, pedindo inclusivamente a uma das suas colaboradoras para anotar o nome do jovem toxicodependente que se queixava da indiferença a que foi votado assim que saiu do centro de recuperação, o que o fez «voltar à mesma vida».

«Estou espantada com a adesão das pessoas», disse a titular da pasta da Saúde, surpreendida com o número de pessoas que se encontravam no local e desejou que «hoje fosse mais do que só um dia» Mundial da Sida.

A doença, que atinge 33 milhões de pessoas no mundo, regista este ano 467 novos casos em Portugal.

Desde 1983, quando foi diagnosticado o primeiro caso de Sida, já se verificaram, até 15 de Novembro deste ano, mais 6 151 novos casos.

Também João Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, se dirigiu ao

local para manifestar a sua solidariedade e acender uma vela.

O autarca ficou igualmente impressionado com a presença humana no Parque Eduardo II e observou que «desde há dois anos, quando a iniciativa se realizou pela primeira vez, o tipo de pessoas que acorreram mudou e agora surgem mais idosos, provavelmente familiares das vítimas». Odete Ferreira, presidente da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, questionada pela Comunicação Social sobre se a divulgação está a ser suficiente, apontou que a formação nas universidades, nas escolas e com os pais tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos dois anos.

«O problema é assilar. Essa é a parte mais difícil, e as famílias também têm uma grande responsabilidade» comentou.

O laço iluminado com 12 metros fica no Parque em memória das 3 600 vítimas de uma doença que vai continuar a preocupar a sociedade e autoridades da saúde no próximo século.

**EQUIPAMENTO SOCIAL**

*Jorge Coelho em visita à região do Oeste*

## MINISTRO ATENTO AO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

**Jorge Coelho deixou bem claro que o Governo dedicará grande atenção à questão da fiscalização sobre o cumprimento de prazos na conclusão de Obras Públicas. De visita a alguns dos mais importantes troços da auto-estrada 8, o ministro do Equipamento Social sublinhou as vantagens que os novos 172 quilómetros terão para o desenvolvimento do País. O projecto representa um investimento de 75 milhões de contos e só o lanço entre as Caldas da Rainha e Leiria ocupa diariamente mais de seis mil trabalhadores.**



O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, garantiu segunda-feira, na Freguesia de Fanhais, concelho da Nazaré, que uma das grandes preocupações do seu gabinete é garantir a execução das obras públicas dentro dos prazos acordados. De visita aos trabalhos de construção do troço da auto-estrada A-8, que ligará as Caldas da Rainha a Leiria, Jorge Coelho disse que a auto-estrada do atlântico «corresponde a uma nova filosofia», já que possibilitará a modernização do país através da colaboração entre o Governo e o

sector privado. «Está aqui provado que foi uma boa aposta» do Governo anterior a entrega da construção dos troços das novas vias rápidas à iniciativa privada, pois o «país beneficiará» da solução adoptada. Depois de ouvir algumas explicações técnicas por parte dos responsáveis do concessionário, o titular da pasta do Equipamento Social disse ainda que aquela obra «será terminada dentro dos prazos» previstos, ou seja, dentro de 19 meses, acrescentando que a fiscalização dos prazos de

construção «é algo em que o Ministério vai ser muito rigoroso». Visivelmente satisfeito com a sua primeira visita para observação de obras, o coordenador da Comissão Permanente do PS assegurou que grande parte dos seus dias, nos próximos quatro anos, serão gastos a visitar obras, e mais para as lançar do que para as inaugurar, prevenindo uma maratona que provará que continua a ter uma grande resistência física. Recusando-se a entrar na discussão

académica sobre quem ou que Governo faz esta ou aquela obra, Jorge Coelho declarou que «as obras são feitas pelos portugueses e pagas pelos contribuintes portugueses, que querem ver o seu dinheiro bem gasto». Além do troço entre as Caldas da Rainha e Leiria, o ministro do Equipamento Social referiu que, até ao final de 2003, A-8 terá uma extensão apreciável para Norte, atingindo o concelho de Mira, enquanto que uma via transversal chegará a Castelo Branco. A par do troço da A-8 entre Leiria e Caldas da Rainha, numa extensão aproximada de 47 quilómetros, está também em construção pelo mesmo consórcio o lanço da A-15 entre Caldas da Rainha e Santarém, numa extensão de 36 quilómetros, ocupando diariamente cerca de seis mil trabalhadores. Estas duas obras inserem-se num total de 172 quilómetros de via rodoviária concessionados por 30 anos, os quais, em trabalhos de construção, representam um investimento total de 75 milhões de contos. O presidente da Câmara da Marinha Grande, Álvaro Órfão, defendeu a necessidade de uma alternativa à A-8, entre o seu concelho e Leiria, a fim de permitir a escolha entre uma via com portagem e outra sem tarifa. Confrontado com esta necessidade transmitida pelo presidente da Câmara da Marinha Grande, Jorge Coelho disse que «todas as questões estão sempre em estudo».

**OE/2000**

**Finanças**

## GOVERNO VAI AVANÇAR COM «PACTO DE JUSTIÇA FISCAL»

O ministro da Economia e das Finanças, Pina Moura, afirmou no Europarque, que o Governo pretende avançar, em 2000, com o «pacto de justiça fiscal», partilhando com os contribuintes cumpridores os ganhos provenientes do aumento da eficiência fiscal. Pina Moura falava no dia 26, no final da apresentação das linhas gerais do Programa Operacional da Economia, feito pelo gestor do PEDIP, Maximiano Martins, numa iniciativa da AEP - Associação Empresarial de Portugal, que decorreu no Europarque, em Santa Maria da Feira. O ministro referiu que, em matéria fiscal, o problema central do próximo Orçamento de Estado será a adopção de «novos instrumentos de controlo e de tributação» para combater a evasão e fraude fiscais, minimizando a reforma da tributação do património, que, salientou, representa somente 2 por cento das receitas do Estado.



Na sua intervenção, Pina Moura disse que o Estado irá reduzir o crescimento da despesa corrente primária, mas sem sacrificar o aumento dos salários, em termos reais, da administração pública. O ministro salientou que o Orçamento de Estado para 2000 «não será na linha de continuidade em relação aos últimos quatro anos», frisando que existem «vários instrumentos de consolidação financeira que estão esgotados». «A consolidação financeira à custa da baixa das taxas de juro está esgotado», disse, a título de exemplo. Sem pormenorizar, o ministro adiantou que o Governo está em condições de «criar uma nova geração de instrumentos de consolidação das finanças públicas», ao mesmo tempo que irá efectuar «uma combinação das políticas orçamental, fiscal e de rendimentos mais sustentada», de forma a «induzir um padrão de crescimento do produto».

## TERESA LAGO RECOMPÕE CONSELHO CONSULTIVO

**O** Porto 2001 está a ganhar um novo impulso. Os professores universitários Luís Oliveira Ramos, Luís Proença, Eugénio dos Santos e Eduardo Oliveira Fernandes são alguns dos novos membros do Conselho Consultivo da Porto 2001, AS.

O Conselho Consultivo da Porto 2001 é o órgão de consulta da administração da sociedade promotora da capital europeia da cultura, competindo-lhe, nomeadamente, dar parecer sobre propostas de realização de eventos e de renovação e requalificação urbana da cidade.

Luís Oliveira Ramos é docente de História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Eduardo Oliveira Fernandes professor de Ambiente na Faculdade de Engenharia da mesma universidade. Eugénio dos Santos é director da Escola



Superior de Jornalismo e Luís Proença professor na Escola de Arte e Imagem da Universidade Católica.

Além destes universitários, a nova presidente da Porto 2001, Teresa Lago, escolheu para o Conselho Consultivo António Capelo, da Academia Contemporânea do Espectáculo, e o crítico de cinema António Roma Torres. Os seis novos membros preenchem os lugares deixados vagos naquele órgão por Teresa Lago, Alcino Soutinho, Alexandre Quintanilha, Arnaldo Saraiva, José Rodrigues e Júlio Resende.

Mantém-se no Conselho Consultivo Álvaro Siza Vieira, Ângelo de Sousa, António Pinho Vargas, Daniel Bessa, Fernando Medina, Gaspar Martins Pereira, Gerardo Burmester, Manuel Sobrinho Simões, Nuno Portas, Óscar Lopes, Pedro Guedes de Oliveira e Sérgio Godinho.

## DECO PROCESSA QUATRO EMPRESAS DE COLCHÕES

A DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor entregou no dia 2, em Lisboa, acções judiciais contra quatro empresas por venderem colchões, alegadamente com qualidades terapêuticas, sem celebrar qualquer contrato com os consumidores.

Segundo o «Acção Socialista» apurou, estas empresas fazem uma publicidade ultragressiva, contra todas as normas éticas, e entre as suas vilimas contam-se, preferencialmente, reformados com parcas pensões que acabam por comprar colchões de centenas de contos. Um escândalo. Uma desumanidade. Um vale tudo. Um autêntico conto do vigário dos tempos modernos.

Segundo o coordenador do departamento jurídico da DECO, nestas quatro acções, a DECO requer que as empresas passem a ser obrigadas a celebrar contratos de compra e venda com os consumidores, para que estes possam eventualmente rescindir.

A exigência da celebração de contratos de compra e venda no mercado de venda de colchões com qualidades específicas, onde estas empresas actuam, justifica-se não só pelo preço dos bens como pela especificidade do próprio público-alvo, defendeu o coordenador do departamento jurídico da DECO, Luís Silveira Rodrigues.

O preço dos colchões, que alegadamente têm características terapêuticas, é de cerca de 400 contos e o público-alvo destas empresas é constituído maioritariamente por pessoas idosas com problemas de saúde e com poucos recursos económicos, explicou. As quatro acções judiciais da DECO foram interpostas contra as empresas

PinkDream, OtoRosssio, Nikomagnetic e Biocasa, que apenas utilizam o sistema de venda directa.

### 500 queixas

Os consumidores que compraram colchões a estas quatro empresas nem sequer puderam rescindir qualquer contrato por este ser inexistente, referiu Luís Silveira Rodrigues, adiantando que nos últimos dois anos a DECO recebeu mais de 500 queixas de consumidores de colchões com qualidades terapêuticas.

A maioria das queixas recebidas pela DECO refere que depois de terem recebido um telefonema da empresa a oferecer almofadas ortopédicas e/ou telemóveis e terem sido «pressionados» a comprar o colchão, não conseguiram desfazer o «negócio».

Além de prometerem que o custo do colchão é dedutível no pagamento do IRS - impossível mesmo com receita médica - as alegadas qualidades terapêuticas dos colchões não estão comprovadas cientificamente, sublinhou Luís Silveira Rodrigues.

A DECO acusa a generalidade das empresas que vendem estes colchões de fazerem publicidade enganosa (porque as qualidades terapêuticas não estão provadas cientificamente) e de praticarem técnicas de venda directa agressivas (porque prometem prémios para aliciar os consumidores). Actualmente, correm em tribunal diversos processos interpostos por consumidores que acusaram de crime de burla empresas de venda de colchões, com qualidades terapêuticas, referiu ainda.

## AMBIENTE DEVE SOBREPOR-SE À ECONOMIA

O ministro das Finanças e Economia, Pina Moura, defendeu na terça-feira, em Lisboa, que a protecção ambiental deve sobrepor-se ao funcionamento dos sistemas económicos.

Falando na abertura da conferência «Promover a sustentabilidade no tecido empresarial», o governante salientou que o Programa Operacional da Economia (POE) é, com outro nome, um plano nacional para a eco-eficiência, com sistemas de incentivos que referem expressamente a qualidade, a segurança e a gestão ambiental. O programa prevê parcerias estratégicas em que a sensibilização para a gestão ambiental e a eco-eficiência têm posição de relevo, salientando o ministro que o POE tem como inovação maior a sua

transversalidade e natureza multi-sectorial e multidimensional, em que estão presentes as questões ambientais.

Pina Moura anunciou igualmente que, apesar das restrições orçamentais, o Fundo de Requalificação Ambiental vai arrancar com dotações do Orçamento de Estado e comunitárias.

O desenvolvimento económico baseou-se em processos tecnológicos que implicavam uma relação negativa entre produção e ambiente, disse o titular das pasta da Economia e Finanças, alertando para a necessidade de desenvolver políticas ambientais com moderação, gradualismo e bom senso, porque os passivos ambientais não podem ser resolvidos de um dia para o outro.





#### Lisboa

##### Mais um Centro Social

Lisboa tem mais um Centro Social. No passado dia 30 de Novembro foi inaugurado o Centro Social Comunitário do Bairro da Flamengo (Zona 1 de Chelas - Bairro da Flamengo).



O novo equipamento, com capacidade para 255 utentes, representa um investimento global de 300 mil contos por parte da Câmara de Lisboa e funcionará como centro de dia, incluindo o serviço de apoio domiciliário para idosos, creche, jardim-de-infância, ATL, dispondo ainda de actividades socioculturais e dos serviços de apoio psicossocial individual e familiar e de acompanhamento de adolescentes e jovens.

#### Matosinhos

##### Quatro milhões de contos para requalificar Marginal Sul

A Câmara de Matosinhos assinou no dia 26 de Novembro o contrato para a requalificação da Marginal Sul da cidade, uma obra orçada em cerca de quatro milhões de contos e projectada por Eduardo Souto Moura.

A primeira fase da reconversão da Marginal de Matosinhos Sul envolve várias alterações de fundo necessárias à futura utilização da frente marítima da cidade como área de lazer, onde serão instalados também o Centro de Ciências e Tecnologias do Mar e o Museu de Arquitectura, que será projectado por Siza Vieira.

Nesse sentido, toda a faixa litoral entre a denominada Rotunda da Circunvalação e o molhe sul do Porto de Leixões será delimitada por um passeio para peões, passando a circulação automóvel a fazer-se apenas num sentido.

Está também prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para 250 viaturas, que ficará localizado sob o passeio pedonal, que será arborizado. Depois da conclusão das obras desta primeira fase, a marginal será dotada de vários equipamentos, entre os quais uma piscina coberta de água salgada, um restaurante, esplanadas, espaços

de animação, uma discoteca e uma escola de windsurf.

Com esta obra, a Câmara de Matosinhos pretende reabilitar a principal praia e a frente marítima da cidade, criando um percurso contínuo dotado de vários equipamentos de lazer.

Para a autarquia, trata-se de dar continuidade à frente urbana marítima que, na cidade do Porto, inclui a marginal da Foz e o Parque da Cidade.

No âmbito da requalificação da frente atlântica do concelho de Matosinhos, a autarquia tem actualmente em obras a marginal de Angeiras.

Em fase de projecto encontram-se ainda as intervenções que terão lugar na marginal de Leça da Palmeira e na frente atlântica que liga o Cabo do Mundo a Angeiras.

#### Montemor-o-Velho

##### Projecto contra a pobreza

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho tem em marcha desde 1996 o projecto de luta contra a pobreza «Monte Maior» baseado numa filosofia de intervenção comunitária, visando potencializar as diferentes sinergias dos parceiros e enquadrar as experiências específicas, de forma a operacionalizar mais eficazmente o desenvolvimento e acompanhamento das acções concretas do projecto.

«Monte Maior» tem como objectivos o desenvolvimento social do município de Montemor-o-Velho, através da realização de acções integradas que possibilitem minora as situações de exclusão social, tendo como áreas de actuação a habitação, a educação, a saúde, a população idosa deficiente e o emprego.

#### Ovar



##### Câmara galardoada com prémio europeu

A Câmara Municipal de Ovar foi distinguida pela Comissão Europeia com a atribuição do galardão europeu «As estrelas douradas da geminação», na sequência do reconhecimento pelo «notável empenho» desenvolvido no quadro das geminações, em particular com Pernik, na Bulgária.

#### Porto

##### Lançamento do «Roteiro de Campanhã»

No passado dia 27 de Novembro, a presidente do Conselho Executivo da Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã e vereadora da Cultura da Câmara do Porto, Maria José Azevedo, presidiu à cerimónia de lançamento do «Roteiro de Campanhã».

##### Entrega de 150 veículos à PSP

O presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, esteve presente no dia 27 na cerimónia de entrega de mais 150 viaturas à Polícia de Segurança Pública (PSP).

Na sessão estiveram presentes o primeiro-ministro e o ministro da Administração Interna.



#### Sintra

##### Escola básica e jardim-de-infância de Belas

A educação continua a ser uma das paixões da Câmara Municipal de Sintra, que aprovou em reunião efectuada no dia 24 de Novembro a construção de uma escola básica e jardim-de-infância em Belas, no valor de 300 mil contos.



#### Vila Franca

##### Plano de Actividades e Orçamento aprovado

O Plano de Actividades e Orçamento de cerca de dez milhões de contos da Câ-

mara Municipal de Vila Franca de Xira para o ano 2000 foi aprovado com os votos contra da CDU.

As acessibilidades, as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, a construção, recuperação e manutenção do Património Escolar, o Programa Especial de Realojamento (PER) e o Ambiente são as áreas que a autarquia definiu como prioritárias.

A maior fatia do orçamento será destinada à Habitação e Urbanismo, cerca de três milhões de contos, seguida da área da Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com quase milhão e meio de contos.



A área com orçamento mais baixo é a da saúde, com pouco mais de 90 mil contos.

O momento mais agitado de toda a reunião foi aliás desencadeado pela intervenção dos vereadores eleitos pela CDU, que afirmaram que os partidos políticos representados no Executivo também têm o direito de ser ouvidos sobre o plano antes deste ser sujeito a votação em reunião camarária, e não apenas os vereadores.

Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara Municipal, desmontou estas falsas acusações dizendo que o documento tinha sido distribuído no dia 5 de Novembro e que depois disso já tinham sido realizadas duas reuniões extraordinárias do executivo camarário para discussão do plano e a CDU não tinha apresentado qualquer proposta.

##### Comunistas bloqueadores

Carlos Silva, vereador socialista, classificou os problemas levantados pelos comunistas como uma «atitude de bloqueio».

Apesar de Maria da Luz Rosinha ter considerado a hipótese de adiar a reunião, depois de alguns minutos de interrupção, a presidente da autarquia considerou que foram cumpridos todos os pressupostos legais.

O plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2000 foi depois aprovado com os votos a favor do PS e PSD, e os votos contra da CDU, que, interiormente, continua inconsolável e a digirir mal o facto de Vila Franca ser agora gerido e bem por uma presidente socialista, eleita democraticamente nas urnas.

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

#### Convenção da Nova Autonomia

«Cultura, Ensino Superior e Investigação: Que Futuro?» foi o tema da sessão pública da Convenção da Nova Autonomia, que se realizou no passado dia 30 de Novembro, pelas 21 horas, no auditório dos CTT, em Ponta Delgada, Açores. O tema apresentado integrou a área temática «Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia», cuja coordenação esteve a cargo de Machado Pires e que contou com a presença de João Manuel Vasconcelos Costa e Paulo Meneses, que levaram a debate diversos temas relacionados com o tema geral.

#### X Congresso

O X Congresso do PS/Açores que se realiza amanhã, em Ponta Delgada, contará com várias intervenções de cidadãos que não sendo militantes socialistas concretizarão a abertura à sociedade açoriana que o camarada Carlos César tem desenvolvido desde a Convenção da Nova Autonomia.

### ESTARREJA

#### JS realiza Encontros Autárquicos

A Juventude Socialista de Estarreja realizou no passado dia 27 de Novembro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Estarreja, um Encontro Autárquico subordinado ao tema «A Fixação em Estarreja dos Jovens Licenciados e sua Empregabilidade».

Este Encontro destinou-se à abordagem por parte dos jovens socialistas das condições imobiliárias de aquisição de moradia pelos jovens e, também, para perspectivar a existência de um mercado de trabalho alargado para os jovens licenciados do concelho de Estarreja, com vista à requalificação da mão-de-obra disponível em Estarreja.

### MADEIRA

#### Programa de Governo

O programa de governo do PS-Madeira vai ser apresentado no primeiro semestre de 2000, decidiu o Secretariado do partido.

Política Geral e Participação dos Cidadãos, Desenvolvimento Económico e Ordenamento do Território, Políticas Sociais, Educação, Cultura, Investigação e Ciência e Relações Externas são as áreas que farão parte do programa de governo do PS a apresentar as eleições legislativas regionais de 2000.

Para a elaboração deste programa, o PS-M vai convidar personalidades quer do partido, quer da sociedade civil.

O Secretariado aprovou ainda a decisão de homenagear até ao final deste ano os membros do PS-M com 25 anos de militância.

### PORTO

#### Federação realiza debate

O camarada Francisco Assis garantiu no dia 3, no Porto, que o PS vai cumprir a sua promessa de propor a criação de círculos uninominais, apesar das «resistências» levantadas recentemente por várias vezes dentro do partido.

«A alteração da lei eleitoral é a grande reforma do sistema e a criação dos círculos uninominais é um compromisso programático indeclinável do PS», frisou o líder parlamentar socialista.

Assis, que falava à entrada de um debate sobre «A Reforma do Parlamento» promovido pelo PS/Porto, recordou que «houve um momento para discutir esse assunto dentro do partido».

«Esse momento passou e hoje a proposta é um compromisso assumido pelo partido», realçou.

As críticas internas que têm surgido dentro do PS a esta proposta são interpretadas por Francisco Assis como «reações de alguns aparelhos».

«Mas o chamado aparelho socialista não é homogêneo. Há nele muitas pessoas com grande abertura à introdução de alterações legislativas», salientou.

#### A reforma do Parlamento

Garantindo que «da parte do PS haverá vontade para cumprir», Assis sublinhou a sua «grande expectativa» de que também o PSD queira avançar para a alteração da lei eleitoral, o que permitiria fazê-lo até ao final da actual sessão legislativa.

«Pela minha parte, farei tudo ao meu alcance para que tal seja possível», acrescentou.

Quanto às reformas que defende para o Parlamento, o camarada Assis adiantou que pretende «aproximá-lo da sociedade, através de uma alteração à lei das incompatibilidades» e aumentar a sua capacidade de controlo e fiscalização sobre questões como as directivas europeias, que em muitos casos «escapam actualmente ao escrutínio parlamentar».

O líder parlamentar socialista considerou «fundamental» que a Assembleia da República «acompanhe o processo de construção europeia, que actualmente foge ao seu controlo».

### SOURE

#### PS critica Câmara local

O PS de Soure incitou no dia 7 os cidadãos do município a reclamarem da Câmara a suspensão dos tarifários do consumo de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, por alguns casos, aumentarem perto de «500 por cento».

A estrutura partidária, em comunicado, sugere aos municípios que «exijam a suspensão até à apresentação de um estudo económico fundamentado, orientado pelo princípio da proporcionalidade», por parte da autarquia de maioria laranja.

Fazendo um estudo a partir de um consumo de 25 metros cúbicos de água por mês, o PS diz que um consumidor doméstico que pagava 2400escudos passa a pagar 4200 escudos. Uma unidade industrial, com igual consumo, passa de 750 escudos para 5000 escudos. Num terceiro caso, se um município, na obra da sua moradia, gastasse os mesmos 25 metros cúbicos, depara-se com o agravamento da sua factura de 1000 escudos para 6250 escudos.

Em relação à nova tarifa de saneamento o PS diz que «é uma afronta para os municípios, num concelho com uma cobertura de rede ultrapassada, com baixo grau de cobertura e, na sua maioria, sem tratamento de esgotos, que desaguam directamente em cursos de água ou correm directamente pelas valetas das localidades».

### Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu Socialistas Portugueses

## Seminário Alargamento e Reforma da União Europeia

Hotel Altis, 11 e 12 de Dezembro

### Programa

#### Sábado, dia 11

**10h30** Abertura de seminário com apresentação dos objectivos

**10h45** Paineil «O que está em causa»

Intervenção de Mário Soares, seguida de debate

**12h30** Pausa para almoço

**15h00** Paineil «Que opções para Portugal e para a Europa»

Intervenção de: Guilherme d'Oliveira Martins, Nuno Severiano Teixeira, Francisco Assis, Ribeiro e Castro, seguidas de

#### debates

**18h30** Fim dos trabalhos do primeiro dia

#### Domingo, dia 12

**11h30** Conclusão do Conselho Europeu de Helsínquia

Intervenção de Francisco Seixas da Costa, seguida de debate

**12h30** Encerramento pelo presidente da Delegação Portuguesa, António José Seguro

## Concelhia de Tondela

### Jantar comemorativo 25º aniversário

11 de Dezembro, 20h30 horas

Quartel dos Bombeiros Voluntários **Campo de Besteiros**

#### Inscrições

Camaradas Jorge Marques (96-6496525) e Rui Faria (96-6170081)

*Que nenhum camarada falte a esta grande jornada de confraternização socialista  
Liberdade, igualdade e fraternidade*

## SOCIAL-DEMOCRACIA: A VIA PORTUGUESA

**A** chegada de António Guterres à liderança da Internacional Socialista é um acontecimento cuja importância simbólica e política para o futuro da social-democracia não foi devidamente analisado. No plano simbólico, Guterres surge como uma das raras personalidades capazes de agregar à sua volta essa vasta nebulosa reformista que é hoje a Internacional Socialista. Perante congressistas impressionados, o seu discurso, improvisado num francês notável, distinguiu-se claramente das propostas avançadas por outros líderes europeus. Com o primeiro-ministro português, a esquerda mundial vê-se representada por um homem que chegou ao socialismo por via do solidarismo católico e que, além do mais, se permite citar perante os seus pares socialistas, os filósofos norte-americanos John Rawls e Michael Walzer. Apoiando-se no princípio do igualitarismo liberal do primeiro e no pluralismo liberal defendido pelo segundo, Guterres apanhou desprevistos o «socialismo moderno» de Lionel Jospin e o «centrismo radical» de Tony Blair. No plano político, António Guterres apresenta-se tal qual é, quer dizer, como um «liberal do centro-esquerda». Mas isso não significa que o novo presidente da Internacional Socialista vem reforçar o campo dos partidários da Terceira Via britânica. Bem pelo contrário, a posição de Guterres parece demarcar-se claramente do neoliberalismo de Tony Blair. Contra o duo Blair-Brown, que cada vez mais autocraturiza o New Labour como o «partido do business», das classes médias e do livre comércio, Guterres respon-

deu com tacto, mas firmemente, aos principais pressupostos ideológicos da Terceira Via. Neste aspecto, e à semelhança de Lionel Jospin, Guterres recolocou a social-democracia numa perspectiva histórica: a perspectiva da história trágica do século XX, da crise económica de 1929, das duas guerras mundiais, da Shoah e da construção do welfare state. Não há nada de mais estranho à visão «a-histórica» blairista do que o modernismo guterrista, que recorda os combates e valores da social-democracia para tornar compreensível o novo aggiornamento social-democrata. Tal como Jospin, Guterres pensa que as palavras e os símbolos são importantes em política, mesmo quando por vezes não combinam com as práticas do momento. Neste aspecto, Guterres repeliu a «Internacional do Centro-Esquerda» proposta por Tony Blair para substituir a actual IS. Da mesma forma, Guterres recusou a diluição da organização num conjunto liberal-centrista planetário desejado por Tony Blair, para que o Partido Democrata pudesse tornar-se membro. Mas Guterres reconheceu que convém dialogar com os democratas americanos, apesar de estes não partilharem dos valores de justiça social e solidariedade defendidos pela IS. No plano económico, António Guterres assume claramente a tendência liberal e reformista do conjunto dos partidos sociais-democratas do mundo inteiro. A Declaração de Paris, documento aprovado por todas as delegações estrangeiras presentes no Congresso da IS, afirma que a economia de mercado constitui um sistema de criação de riqueza superior a qualquer ou-

tro. Mas, também neste ponto, Guterres demarca-se do primeiro-ministro britânico, insistindo na necessidade de preservar uma «distância crítica» em relação ao modo de produção capitalista globalizado, que ameaça cada vez mais o poder de decisão dos Estados-Nações, bem como é uma ameaça à capacidade de intervenção democrática dos cidadãos. Foi claramente nesta área que o blairismo surgiu como uma ideologia isolada durante os três dias do congresso. O que caracteriza o New Labour é a ausência total de reflexão sobre o capitalismo transnacional na era da Internet. Na prodigiosa produção intelectual realizada pelos apoiantes da Terceira Via é impossível encontrar uma única linha de advertência contra os efeitos perversos provocados pela mutação do capitalismo mundial; contra a frequência acelerada das crises financeiras que destroem as economias nacionais; contra o crescimento das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres; contra a uniformização cultural, a pilhagem ecológica e poluição alimentar, etc. Tony Blair retrata-se como campeão acrílico de um capitalismo conquistador e pede aos seus camaradas sociais-democratas para se adaptarem, caso contrário, os mercados «que têm sempre razão» - penalizarão as economias nacionais recalitrantes. Sem o referir directamente, o anglófilo Guterres insere-se na corrente social-liberal inglesa do início do século XX avançada por L. T. Hobhouse. Partidários da «verdadeira liberdade individual», os liberais-sociais estavam empenhados em garantir a todos os cidadãos os meios necessários para o seu exercício.

Para o fazer, esta corrente de pensamento da esquerda liberal insistia no «dever de o Estado» proteger «o agente autónomo» das barreiras sociais que tornariam impossível o exercício dessa mesma autonomia. Tudo isto está ausente do discurso blairista, que se inspira na direita comunitarista norte-americana ao insistir na temática dos «deveres» e da «responsabilidade individual». Em tal cenário, a retórica sobre os «deveres» serve o propósito de disfarçar os efeitos da liberalização da insegurança social provocada pelo desmantelamento do welfare state. Blair diz-nos que os indivíduos que se encontram na base da escala social devem encontrar os meios para a auto-suficiência. Este discurso serve para tranquilizar e assegurar às classes mais abastadas de que não vão financiar os «parasitas» do Estado-Providência. Durante a sua intervenção em Paris, António Guterres fez a síntese das diversas correntes e filosofias que estão hoje representadas no seio da Internacional Socialista: o socialismo de inspiração marxista, o reformismo social-democrata, o solidarismo cristão e o liberalismo político. Para ilustrar esta síntese, Guterres citou Eduard Bernstein, Jean Jaurés e Olof Palme. Após três anos de «tagarelice» autocongratulatória entre os partidários da Terceira Via, os liberais de esquerda, actualmente em número crescente nos partidos sociais-democratas, podem finalmente felicitar-se por verem um dos seus a continuar a dialogar com a ala socialista da IS.

\*Docente  
In «Diário de Notícias»

SNS

João Nóbrega

## REDUZIR DESIGUALDADES SEM DIMINUIR O ACESSO

**O** SNS, sendo de todos, terá de ser defendido por todos. Quando há ameaças de se tornar em algo muito diferente do que foi criado em 1979, servindo apenas uma reduzida fracção dos cidadãos, temos de estar alertas.

O que queremos é reduzir as desigualdades em saúde, sem diminuir o acesso. Temos hoje um balanço largamente positivo, temos mais qualidade nas prestações, podemos constatar mesmo uma melhoria significativa nos níveis de saúde. Portugal vai no bom caminho, há que não alterar a rota e reduzir mas aumentar a velocidade. A opinião pública está com aqueles que querem melhorar o sistema. A opinião pública não está com os que, com argumentos mais ou menos expressos, pretendem paralisá-lo pela sua baixa produtividade, baixa eficiência e se possível obstruindo o

cesso. Há que ter coragem para falar claro, o problema está dentro do sistema e não fora dele. É muito fácil culpabilizar outros dos escolhos que nós próprios não arredamos da nossa frente. Não são os doentes que encham os serviços de urgências, por exemplo. São os doentes que precisando de cuidados, procuram o local para os resolver. Se não têm alternativa, farão mal em defender o seu bem «saúde»? Será ético ter listas de espera para cirurgias oncológicas e termos os recursos paralisados, para o SNS, à tarde? E mais ainda, servindo, estes recursos, para a clínica privada, quando com contratualização ou reformulação dos conceitos de gestão do pessoal se poderia ter tempo de espera razoáveis? Temos de saber dizer basta! Temos a certeza que a popularidade do SNS impede a

sua destruição. Hoje temos fadiga no sistema, é certo. Há falta de ajustamento ao evoluir das necessidades. Há que tornar menos rígida a gestão dos recursos humanos, partilhando, aumentando a participação, delegando, tornando em suma mais agradável ser pessoal de saúde, para que alterando a legislação se beneficie com ganhos em saúde. Não centrando o sistema nos recursos humanos mas no doente, com a satisfação de contribuir para o SNS. Há que planear as instituições de saúde, para que se possa definir prioridades no investimento, com a satisfação dos trabalhadores da saúde que só então aceitarão de bom grado as escolhas, por serem transparentes. Há que implantar a gestão pela qualidade total, sempre com centragem no ser humano quer doente quer o trabalhador do

sistema. Há que derrotar definitivamente a excessiva centralização administrativa, delegando, partilhando e promovendo todos os processos que conduzam a maior transparência. Há que por fim continuar a actualizar tecnologicamente as unidades de saúde. Só no fim pois só com correcta gestão vale a pena investir para o bem do cidadão que ainda acredita que vamos mudar. Só a correcta gestão vai impedir o endividamento crónico. Só a correcta gestão vai impedir que os que não querem o SNS se satisfaçam no meio das insuficiências actuais. Em suma, há que mudar o sistema e essa mudança só pode começar no topo. Se começar a qualquer outro nível, ainda que intermédio, vai inexoravelmente conduzir ao isolamento dos que querem sinceramente mudar.



## GLOBALIZAÇÃO

Amílcar Augusto



## UM OLHAR SOBRE MICROECONOMIA



**F**ala-se hoje muito de globalização, desregulação, concorrência, competição, vantagens competitivas, incertezas que preocupam e desgastam aqueles que têm de decidir sobre acções que afectam as suas próprias vidas, as das empresas que dirigem e as de quem delas depende. Seria bom que para minorar essas incertezas houvesse, para além do conhecimento dos negócios e da intuição própria das pessoas, sistemas de informação de gestão que, em contínuo, fornecessem toda a panóplia de informação necessária à tomada de decisão mais acertada e conveniente.

Porém, não é essa a situação. Não porque se desconheça a existência de metodologias e de ferramentas adequadas para as aplicar, mas porque a mudança de cultura consequente e as resistências internas, activas e passivas, contra qualquer mudança, levam a atrasos no desenvolvimento de novos métodos de trabalho e, não raras vezes, ao insucesso e abandono dessas práticas.

É essa desconfiança que faz muitos gestores hesitar. Ao confrontarem-se com necessidades de redução de custos face a constrangimentos dos mercados, tomam quase sempre as medidas mais fáceis e mais impróprias, reduzir custos fixos através da redução de efectivos, cortar regali-

as complementares e reduzir orçamentos de investimentos, desistindo da investigação e desenvolvimento.

São essas medidas de curto prazo, que a médio longo prazo levam, não raras vezes, ao declínio e falência dos negócios. É preciso coragem, determinação e empenho para aplicar medidas que identifiquem as reais dificuldades existentes.

Essas medidas passam pela existência de uma contabilidade analítica adequada ao negócio que permita estabelecer relações causa efeito entre custo e valor acrescentado. Na maioria das pequenas e médias empresas, existe apenas a contabilidade geral para cumprir com as obrigações fiscais.

O controlo de gestão nas empresas é outra das necessidades a considerar. Como controlar uma empresa? Centralizadamente? Descentralizadamente? A evolução tecnológica, com efeitos dramáticos sobre os sistemas de informação de gestão, fez renascer essa dúvida nos adeptos da centralização.

Nos dias de hoje, o conhecimento necessário para competir com a concorrência, exige o recurso de equipas multidisciplinares de especialistas nos vários ramos das ciências que os negócios abrangem. Desiludam-se aqueles que assim não pensam.

Não é mais possível controlar bem uma empresa sem recorrer à descentralização, delegar competências, definir objectivos descentralizados, mas centralizar toda a informação para controlar as competências delegadas.

Numa organização onde responsabilidades descentralizadas tenham sido delegadas, metodologias de análise de custos e de controlo de empresa tenham sido implementadas, e funcione um ambiente analítico de forma sustentada, será muito mais fácil dar um passo em frente, avançar para sistemas de informação integrados de gestão que permitam dispor em permanência de informação de decisão e de confiança. Essas organizações disporão assim de vantagens competitivas

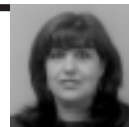
para fazer face à turbulência dos mercados e tomar as melhores decisões nas alturas oportunas.

O bom estado de saúde das empresas no domínio microeconómico traduzir-se-á num maior da potencial e capacidade para entrar noutros mercados, com consequentes reflexos macroeconómicos na melhoria da economia global do país. Para que a riqueza do país continue a crescer de forma sustentada, para que os salários e o poder de compra se aproximem dos da média comunitária, o Estado deverá fazer um esforço didáctico na educação e formação profissional, incentivando a responsabilização e a mudança de cultura, das pessoas e das empresas.

A organização, a disciplina, o espírito de equipa, a responsabilidade e competência das pessoas e o reconhecimento do seu mérito, são factores de sucesso que a par da utilização das modernas tecnologias de informação de gestão e do papel fundamental do Estado, como regulador, regulamentador, investidor e motor em áreas socioeconómicas, contribuirão para melhor aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios da globalização do próximo milénio e melhorar a micro e consequentemente a macroeconomia de Portugal e a vida dos portugueses.

## REFLEXÃO

Maria da Conceição Salavisa



## O PLANEAMENTO E AS REFORMAS NO PAÍS

**T**emos pouca aptidão para planear e reflectir antes de pensar em reformular e fazer algo...

E, as reformas no País são tão urgentes, até porque o dinheiro que temos disponível para as concretizar está a prazo e não podemos desperdiçá-lo em levandades pensadas em cima do joelho, ou por inspiração de um qualquer imediatismo superficial.

Urge uma reforma da agricultura, urge uma reforma das pescas, reformas estas mal negociadas por Cavaco Silva, no tempo em que alguma coisa se podia ter planeado e conseguido com pés e cabeça. Chegámos ao cúmulo de pagar para arrancar vinhas e olivais no Alentejo e no país, e, mais tarde, pagarmos para voltar a plantá-las.

Urge as reformas da saúde, da justiça, da segurança social, do ambiente, este, ligado ao turismo.

Para as reformas da agricultura e também

do turismo como da actividade empresarial é indispensável um planeamento regional, região a região a fim de mantermos o nosso artesanato, uma agricultura planeada e sobretudo biológica para exportação. Estudarmos o que em termos de agricultura e turismo mais convém desenvolver em cada região. Reformas estas acompanhadas da criação de escolas profissionalizantes espalhadas em cada região em função desse planeamento e desenvolvimento

A reforma da saúde não se consegue sem se constituírem mais escolas de medicina e baixar o número «numerus clausus», assim far-se-á com que os médicos abundem pelo País e cubram o território nacional. Ora isto não vai ser possível sem ferir «lobbies» bem instalados que querem fazer da medicina privada uma fonte de enriquecimento pessoal dos médicos. O tecido empresarial português deve ser como prometido apoiado; no entanto, só

aqueles que apresentem projectos que depois de devidamente avaliados e analisados, tenham viabilidade económica, e não aqueles que não a tenham.

Também não é preciso fazer-se a regionalização para serem constituídos grupos de estudo e planeamento regional, formados por técnicos dos respectivos ministérios e parceiros sociais, com sindicatos, associações, cooperativas, autarquias, de forma a serem pensadas e dadas prioridades a projectos e infra-estruturas mais urgentes a criar ou a reformular em cada região

Ora estas reformas não são possíveis serem levadas a cabo sem ferir «lobbies» bem instalados e sem levantar polémicas que a oposição que nós temos aproveitará em proveito próprio.

Assim era bem necessário que perante uma oposição altamente negativa como a que usualmente temos, sedenta de poder, e, só do poder pelo poder, pelo

carreirismo e pelo «tachismo», sendo o PSD o primeiro nesse vício, o factoganharmos as eleições com maioria absoluta tornaria o PS um partido suficientemente forte para conseguir as reformas de fundo que urge fazer.

Muito embora o PSD reconheça estas urgências, pois disse durante a campanha eleitoral que faria um pacto de regime para que as reformas se fizessem, essa conversa não deve ter passado de cantiga para ganhar votos, depois tudo se esquece e volta à mesma, isto é, aproveitar o descontentamento da «população» manietada e dos «lobbies» para atacar o governo.

Mas, mesmo que assim seja, e que daqui a quatro anos por causa disso o PS se arrisque a perder as eleições, penso que vale a pena mesmo assim correr o risco, porque Portugal não pode ser constantemente um país adiado e desperdiçado...



## INVEJA OU INDIGNAÇÃO NACIONAL?



Os últimos tempos têm sido férteis em afirmações do tipo, «os portugueses são invejosos» e, curiosamente, tais afirmações têm sido proferidas por irresponsáveis políticos aquando de intervenções públicas - no mínimo é estranho que de uma forma simples e leviana se afirme este tipo de atitudes comportamentais relativas ao povo de Portugal.

No que consubstancia este tipo de insinuações provocatórias e por quem as profere, tenho a certeza de que quem assim fala não tem a noção do que significa a palavra inveja. Ou será que a palavra a empregar ou proferir não será antes indignação?

Os portugueses não são invejosos, o que eles são é avessos às injustiças que reinam neste país à beira-mar e cheio de Sol. Injustiças sim! E muitas! A começar pelas diferenças sociais, cada vez mais acentuadas, claro, só não vê quem é «cego». Os que têm poder geralmente vêm mal, ou seja, só se vêem a eles.

Aos dirigentes o que lhes falta é visão estratégica, e só pessoas com outra desventura a vislumbram. A indignação é vista todos os dias, de variadíssimas formas: com protestos, silêncios e também com certa violência. Um país que se deseja humano e moderno não pode ter diferenças materiais, tipo Quinto Mundo. O feudalismo foi há muito tempo, e é por tudo isto que se enganam ao preferir a palavra inveja. Quando 1 milhão de portugueses vive muito acima dos outros 9 milhões, pode-se aplicar a palavra inveja? Não pode! Mas deve ser pronunciada a palavra indignação.

Os problemas de Portugal têm duas palavras. Produção e distribuição. Produzir o quê, como, quando, onde? E distribuir como, a quem? Não é por acaso que em países mais evoluídos que Portugal, esse tipo de situações não existem. Um pequeno reparo: «Tanto dirigente a passear pelo estrangeiro e não vêem como esses países funcionam. Será que não têm olhos»? Não reparam no que produzem e como o fazem e, claro, como distribuem essa riqueza? Ou será que as saídas ao estrangeiro são mesmo passeatas com dividendos pessoais? Um país tem de ser feito por pessoas decentes, competentes e que tenham efectivamente visão de futuro «e não de umbigo». Apostar nas pessoas e na sociedade é fundamental para o futuro de qualquer país em qualquer planeta.

Já agora gostaria de fazer mais um reparo de tipologia política. Fala-se que a classe política está mal remunerada. Está? Bom, é que para arranjar nomes para a lista de deputados não houve dificuldade nenhuma. Pelo contrário houve muita gente que ficou de fora. Com inveja? Sejamos sérios! Mal pagos? Mal, ganha a maioria do povo português que continua a não ter dinheiro para medicamentos e alimentação com dignidade, não têm mordomias e nem esquemas mafiosos para reformas chorudas. Não nos esqueçamos da vergonhosa disparidade nas reformas dos portugueses uns com mais de mil contos mensais outros com cerca de uns míseros vinte mil escudos mensais. Não nos esqueçamos também que as reformas no Estado são em média muito superiores às do sector privado, igualmente

no que concerne aos salários.

Um verdadeiro escândalo Quinto mundista. Não há dinheiro para uns mas há para gastos sumptuosos! A discriminação continua como nos tempos salazarentos.

Convém recordar os fabulosos ordenados de gente que se encontra em lugares de administração, que mais não são que «policiais» bem remunerados. Hoje paga-se bem à incompetência. Por isso também estamos classificados como os melhores pelintras da Europa com manias de rico. Não nos esqueçamos da classe política sempre no último lugar nas sondagens. Gente que só olha para o interesse próprio e muitos, nem para empregados de limpeza davam em qualquer país Quinto Mundista. E nós a pagar boas reformas e mordomias. Quem vota merece melhor consideração, dos seus «representantes?».

A propósito, sabiam que um deputado finlandês ganha menos que um deputado português? E a Finlândia é dos países mais ricos da Europa e do mundo, encontrando-se sempre nos primeiros lugares no que é positivo para a qualidade de vida. Sabiam que na Grécia o salário mínimo é da ordem dos 91 contos mensais, em Portugal 61 contos. Sabiam que os gestores na Escandinávia, país rico, ganham menos que os gestores em Portugal. Portugal tem coisas de Primeiro Mundo e também de Quinto Mundo, nesses países tudo é parecido incluindo os salários. Na Grécia também. Os salários em Portugal são tipo Brasil, uns têm outros não.

Também gostaria de sublinhar para os «invejosos» que a prostituição, droga e tuberculo-

se continuam entre nós a aumentar. Isto na pátria de Camões.

O «sucesso» é só para alguns! Portugal, tem de mudar de agulhas, com gente incompetente, mas bem paga, laxiva, negligente e de comportamentos desviantes, não consegue melhorar, efectivamente, as condições de vida dos portugueses. Hoje a política é bizarra e sem valores, vergonhosamente, onde o dinheiro impera sobre tudo e todos. Os portugueses merecem muito melhor. Para isso os dirigentes têm que ser outros.

A corrupção é uma maneira de viver para muitos, comparada à prostituição e proxenetismo. Há quem «venda a alma» para obter benesses. Que país é este? Final onde está a mudança que esperávamos, para o século XXI? Os portugueses não são invejosos, estão é fartos das tentativas de ser humilhados por idiotas e escroques.

Anda alguma gentinha estupidamente satisfeita, espero que um dia ao virar da esquina, não sintam medo do mundo que estão a ser cúmplices. Aos satisfeitos com patologias crónicas vejamos o Portugal real, o que está dentro das paredes, das barracas, dos quetos. Vejam! Não olhem! Talvez percebam o verdadeiro significado da palavra indignação. Inveja é outra coisa, sentimento baixo de gente pequena, aliás como alguns dirigentes.

Portugal está a abrandar-se no que há de pior. Escandineve-se.

Não estará na altura de se exigir tolerância «zero» para a classe dirigente?

E-mail - costal@mail.pt  
Site na Internet - http://lyto/costal

## NÃO SE QUESTIONA A ECONOMIA DE MERCADO



Vão longe os tempos das grandes discussões ideológicas na Internacional: reforma ou revolução, participação ou não nas eleições, parlamentos e governos «da burguesia». Longe o Congresso de Tours em que Léon Blum, recusando as condições da Internacional Comunista, opôs às teorias de Lenine os conceitos fundadores do socialismo democrático. Longe os tempos em que, apesar das cisões e querelas entre via reformista e via revolucionária ninguém punha em causa o objectivo comum: a substituição do capitalismo pelo socialismo, a construção da sociedade sem classes e a abolição da exploração do homem pelo homem. A grande questão estava em como lá chegar: ou pela via reformista, gradualista e democrática, ou por um novo «assalto» ao palácio de Inverno, «Le grand soir» em que, por um passe de mágica, o capitalismo seria derrubado e o «governo sobre as pessoas» substituído pela «administração das coisas». Poucos então se davam conta de que, em nome do «homem novo», milhões de homens concretos esta-

vam a morrer no Gulag e a «ditadura do proletariado» (considerada por Lenine como mil vezes mais democrática do que a «democracia burguesa») estava a transformar-se, como Trotsky previa, primeiro em ditadura do partido, depois em ditadura de um só homem sobre tudo e todos. É certo que os socialistas, sociais-democratas e trabalhistas criticavam o estalinismo e a degenerescência da União Soviética, embora, durante muito tempo, tivessem ficado esquecidas as críticas mais contundentes, aquelas que haviam sido feitas pelos próprios socialistas russos, como Martov ou Plekhanov, entre muitos outros. Durante a Guerra-Fria, ao antagonismo entre EUA e URSS, caracterizado pelo «equilíbrio do terror», os socialistas procuravam contrapor a Terceira Via, que nada tem a ver com a que é defendida agora por Tony Blair. Tratava-se, então de consolidar o Estado-Providência e alargar os direitos sociais dos trabalhadores, através da concertação e de uma gestão reformista do sistema, mantendo, no entanto, como perspectiva, a construção, por via democrática, do socialismo. Ainda há

poucos anos, programas como o que levou à vitória de Mitterrand, e aquele em que Mário Soares derrotou, no Coliseu de Lisboa, o ex-Secretariado, defendiam a «ruptura com o capitalismo».

Hoje ninguém põe em causa a economia de mercado. Nem coloca no horizonte o socialismo de produção. A polémica reduz-se ao facto de Jospin afirmar que o mercado não é um valor, mas um instrumento. E que a economia de mercado não pode transformar-se em sociedade de mercado. Enquanto que Blair põe o acento tónico na flexibilidade, no papel do mercado, na cultura do risco e da responsabilidade.

Neste contexto, a eleição de Guterres provoca-me um triplo sentimento. De satisfação, porque além de um amigo, trata-se do secretário-geral do meu Partido. É prestigiante para o PS português e para Portugal. De uma certa nostalgia, porque eu tenho na memória e na vivência outra história e outra Internacional: a das origens e a outra, a que teve como Presidente Willy Brandt e como «vices» Olof Palme, Mário Soares, Mitterrand, etc. De per-

plexidade, porque não vejo como a Internacional possa ser o lugar de um novo ecumenismo laico-religioso, ou fazer a síntese entre a tradição socialista, o humanismo cristão e o pensamento liberal. Somar tudo por vezes é igual a menos que um. Creio que Guterres será capaz de impulsionar a modernização de instituições económicas e políticas como o Banco Mundial e as Nações Unidas, de lutar por uma Europa mais social e solidária, de promover blocos regionais que contrariem o mundo unipolar actual, de reforçar, no que tem razão, o diálogo entre a IS e o Partido Democrático americano. Se conseguir tudo isto, deixará, na sua passagem pela presidência da IS, uma marca inovadora, com consequências para a Europa e para o mundo.

Mas eu, talvez por irreprimível ilusão lírica, ouço já os cânticos das profundezas, dos excluídos, dos globalizados, dos pobres, dos poetas e dos profetas que acabarão por emergir, mais uma vez sem pedir licença, no grande palco da História.

In-Expresso



## O PORTUGUÊS COMO DESTINO

**N**ascida a 14 de Novembro de 1949, a SLP, destinada à difusão e defesa da Língua Portuguesa, cresceu afirmando-se de modo continuado no cumprimento das suas finalidades, desenvolvendo um trabalho que não encontra os seus limites no campo específico da língua mas transvaza para outras áreas da cultura servindo todos quantos, movidos pela benfazeja inquietação humana, anseiam por mais ciência, mais humanidades.

Prestando múltiplos serviços nos mais variados campos, a SLP ganhou o estatuto de Instituição de Utilidade Pública e foi agraciada como Membro-Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

Hoje, instalados temporariamente numa velha moradia na Rua Mouzinho da Silveira (graças à generosidade da Secretaria de Estado da Segurança Social) sem meios capazes de garantirem um futuro que não seja imediato e por mais votada que seja a entrega daqueles que pugnam pelo bom nome da Sociedade, pela sua dignificação e excelência, esse esforço tornar-se-á inglório, se não tiver do Governo, Ministério da Cultura e Edilidade a compreensão e o apoio que esta Instituição de Cultura merece.

Apesar dos obstáculos que se colocam à Direcção há já projectos desenhados para dar as boas-vindas ao terceiro milénio.

O primeiro consiste na adesão da SLP às novas tecnologias, como instrumento de trabalho e meio de divulgação e promoção da língua portuguesa; o segundo projecto materializa-se na criação da «SLP-Jovem», sem a qual será impossível responder aos grandes desafios do presente.

A SLP-Jovem terá como prioridade central promover e estabelecer delegações pelo País e estrangeiro, abrindo o leque das suas actividades à música, ao teatro, ao cinema, à informação e a todas as áreas directas ou indirectamente ligadas à lusofonia.

Esta direcção revê-se no passado histórico da Instituição mas, e afirma-o sem equívocos, não se revê em nenhuma razão que nos dívida.

Somos todos fiéis depositários de múltiplas sensibilidades culturais que hoje, neste momento de júbilo comemorativo, se unem e convivem.

O que nos move é a defesa de um idioma que contribua, como já o fez, para a edificação de uma sociedade melhor.

A consciência do muito que conseguimos, mas a nossa natural insatisfação, diz-nos que muito mais há a conseguir, nunca descorando as obrigações históricas e morais que nos vinculam a um passado, mas sonhando, sonhando sempre...

Sejam imprevisíveis sempre que a realidade nos obrigue a quebrar as vidraças do academismo. Que nenhum purismo ou fundamentalismo linguístico diminua a nossa visão do mundo.



A nossa afirmação cultural será maior quanto mais vincada for a identidade que o povo sempre soube modelar às novas realidades no coro polifónico das nações. Nada de significativo conseguiremos se não soubermos honrar os que mourejando por esse mundo de Cristo, deram ao Futuro o que ele nos exige: singularidade sempre pronta a congregar e que anima a língua portuguesa – a da fraternidade universal.

A pátria que temos hoje não é a mesma de há cinquenta anos. E ainda bem. Estamos reduzidos ao lugar da partida – O espaço ibérico.

Mas fazemo-lo depois de termos viajado muito, de nos termos miscigenado, ganhando assim um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre nós, num processo de reenraizamento.

No ano que está prestes a findar, assistimos a dois acontecimentos verdadeiramente emblemáticos: dissemos adeus ao último reduto do velho Império e, num esforço colectivo, saímos à rua, arregaçamos as mangas, unimo-nos em torno da causa de Timor, demos voz ao rosto colectivo da liberdade. É a língua de Camões que neste momento (em Timor) serve os interesses dos que, fugindo ao imperialismo da língua, teimam em afirmar a sua

identidade.

Como escreveu Miguel Torga no seu «Diário»:

O mundo não precisa da nossa insuficiência técnica, nem da nossa precária indústria nem das nossas escassas matérias-primas. Necessita da nossa cultura e da nossa vocação para abraçar cordialmente, como se ele fosse o património natural de todos os homens.

Eu quero acreditar que a glória nacional futura será possível naquilo que soubermos, em consciência, dar sem dominar. Eu quero acreditar no lugar da educação na sociedade do futuro. No redireccionamento da missão da educação, centrando-se ela na construção de identidades pessoais abandonando paulatinamente a ideologia da modernização e o funcionalismo técnico-productivo como seus referentes nucleares.

A educação deverá ocupar um novo lugar nos processos de concertação social, a bem do aprofundamento da democracia, onde o professor empregará a sua energia, desenvolvendo as possibilidades da escola, fornecendo aos alunos uma sólida base moral, levando-os ao hábito de não aceitarem nenhuma ideia sem a examinarem de vários ângulos, repelindo o tempo sem tempo (ou sem lugar), pug-

nando por uma crítica criadora.

Nesta tarefa deverão participar os diferentes países lusófonos (se assim o entenderem, naturalmente!) tendo em conta as suas singularidades.

Como afirmou Miguel Luís da Fonseca, essa singularidade linguística lusófona deve funcionar como elemento positivo de diferenciação em relação aos países geograficamente contíguos, como factor amplificador de soberania, como deverá ser, nas alianças regionais onde está inserido, o porta-vez de uma comunidade universal de 200 milhões de indivíduos que têm na língua portuguesa um veículo de unidade e de coesão entre si e dentro de si.

À beira de perdermos a nossa soberania, o Cardeal D. Henrique (o regente), num nítido processo de fechamento de Portugal à Europa, terá afirmado: «O que é bom para a Europa não é bom para Portugal». Afonso Duarte num poema dedicado a Paulo Quintela grita: «Quero ser Europeu num canto qualquer de Portugal».

Hoje é fácil afirmar que o que é bom para Portugal é bom para a Europa e vice-versa. Garrett, poeta fundador do Teatro Nacional, afirmou: «Vamos a ser nós mesmos, vamos voltar à raiz.»

O seu olhar de europeu, a sua visão poética do mundo e da vida tê-lo-à conduzido à autenticidade do ser português enraizado, andarilho e aventureiro.

Pessoa falou de «Portugal – futuro do passado», António Sérgio do *Reino Cadavérico*, Jorge de Sena do *Reino da Estupidez*.

E hoje, que Pátria temos?

Abandonada a última marca do império, ganhámos dessa lonjura um novo olhar português.

No longínquo tempo da ditadura Sophia de Mello Breyner escreveu: «Quando a Pátria que temos não a temos. Até o ar que se respira é como grades».

Hoje, compete-nos reganhar a Pátria, em consonância com todos os que se exprimem em língua portuguesa. Com todos quantos são capazes de fazer da sua língua uma Pátria, um utensílio de dimensão ecuménica.

Há quinhentos anos Portugal ajudou a mudar a Europa. Sejam hoje capazes de resistir ao avanço imperialista do mais forte, integrados numa Europa solidária. É um novo enraizamento que se pede a um povo que teve a coragem primeira de abolir a pena de morte e que, mais tarde, se reencontrou consigo mesmo na manhã redentora do 25 de Abril.

Diz-nos Eduardo Lourenço que *um povo só o é por se conceber e viver como destino*. Que destino será o nosso?

Refundado, reenquadrado e repensado o nosso imaginário cultural, o país de Camões, o Portugal da Saudade, hoje regressado à casa lusitana (de Nobre, Pascoaes, Natália, Torga, Saramago, Alegre) terá como destino, finalmente, a sua identidade, sem exibicionismos – o de sermos ao mesmo tempo todo o mundo e ninguém.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Pintura em Albufeira**

A partir de sábado e até ao dia 8 de Janeiro, estará patente ao público, na Galeria Municipal, a mostra de pintura de Melopo. Este fim-de-semana, o Auditório Municipal será palco para uma festa de Natal, em que também haverá actividades desportivas.

**Teatro em Cascais**

O Teatro Municipal Mirita Casimiro foi o palco escolhido para a representação, até ao dia 19, da peça «Os Negros», de Jean Genet.

A Galeria do Centro Cultural da Gandarinha tem patente uma mostra de 80 litografias de Honoré Daumier, numa iniciativa conjunta da Fundação D. Luís I e a autarquia local.

A exposição decorre até ao dia 31, podendo ser visitada de terça-feira a domingo, entre as 14 e 30 e as 19 horas.

**Fotografias em Coimbra**

A partir de hoje e até ao dia 23, a Galeria do Jardim acolhe uma mostra fotográfica da autoria de João Azevedo e António Quinteira, intitulada «Coimbra – Ontem e Hoje».

Também hoje, na Casa Municipal da Cultura, será apresentado, pelas 18 horas, o livro «Milénio Natal», de Cristina Henriques. Amanhã, no mesmo local e horário, será a vez do lançamento da obra de João Mendes Ferreira, «A Culpa e a Honra – Arquivo de uma Toga».

«O Século do Desporto» é a conferência à qual poderá assistir, este sábado, dia 11, se passar, pelas 15 horas, na Casa da Cultura.

O ciclo «O Cinema e o Valor da Igualdade» continua na próxima quarta-feira, dia 15, às 15 e 30, com um filme de David Lynch, «O Homem Elefante», a ser exibido na Casa Municipal da Cultura.

**Livro em Fafe**

Abre ao público, na quarta-feira, dia 15, pelas 21 e 30, na Galeria Municipal a XIII Mostra de Artes Plásticas de tema livre, onde os artistas naturais e residentes no município, poderão exibir os seus trabalhos, até ao dia 15 de Janeiro de 2000.

Na ocasião será ainda lançada a colectânea «Memórias de um Rio», um livro de contos do escritor José salgado Leite.

**Música sacra em Guimarães**

A obra mais recente do realizador de cinema espanhol Pedro Almodóvar, «Tudo Sobre a Minha Mãe», estará em exibição, no Auditório da Universidade do Minho, hoje e durante o fim-de-semana, pelas 21 e 45. A partir de amanhã e até ao dia 16 poderá

ver, no Cinema de São Mamede, o filme «American Pie – A Primeira Vez», de Paul Weitz.

O II Ciclo de Concertos de Música Sacra começa amanhã, com o primeiro espectáculo agendado para as 21 e 30, na Igreja de São Francisco, a cargo do Orfeão Universitário Central da Venezuela. Este evento prolonga-se até ao dia 19.

No âmbito das comemorações do 25º aniversário do CART, o Teatro Vitrine leva à cena, amanhã, às 21 horas, no Auditório dos Bombeiros de Caldas das Taipas, a peça «Contos com Desencontros».

**Circos em Lisboa**

Com a chegada do Natal chegaram também os artes circenses à metrópole alfacinha. Assim, até ao dia 2 de Janeiro poderá levar os seus filhos ao Circo Atlas (junto ao CC Fonte Nova); Cardinali (Parque das Nações); Chen (Praça de Touros do campo Pequeno) e o Circo do Milénio (no Coliseu dos Recreios – só até dia 26). Hoje às 21 horas e amanhã, pelas 19 horas, a Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Lawrence Foster e a interpretação a solo do violinista Viktoria Mullova, recria as obras de Enesco, Bartholdy e Schubert, no Grande Auditório da Fundação.

Stella den Haag (Holanda) apresenta, amanhã (11h00 e 15h30), no sábado, dia 11 (18 horas), e no domingo, dia 12 (15h30), um «espectáculo maravilhoso para toda a família» chamado «Veneza». Trata-se de um teatro musical para recordar.

A Biblioteca Nacional tem patente, a partir de terça-feira, dia 14, uma exposição bibliográfica, iconográfica e documental do sobre o Jorge Luís Borges.

A mostra inclui cerca de 400 peças originais escritas pelo escritor, bem como manuscritos, fotografias, objectos pessoais e textos raríssimos, até poemas ditados pouco antes da sua morte.

**Centenário em Matosinhos**

No âmbito do PONTI (Porto Natal. Teatro. Internacional), será inaugurada, amanhã, na Quinta de Santiago, uma exposição alusiva ao centenário da referida casa.

**Festas em Portimão**

As Festas da Cidade começam este sábado dia 11, com muita animação um pouco por todo lado.

O destaque vai para a representação teatral de «Gente Singular», uma peça teatral levada à cena, no mesmo dia, em estreia nacional, pela ACTA, no Auditório Municipal.

**Artes Plásticas no Porto**

Vários jardins portuenses estão a ser palco de várias manifestações artísticas que passam pelas artes plásticas, fotografia e música.

Numa iniciativa da Associação Sentidos Grátis, intitulada «Acção Jardins», cerca de 20 artistas portugueses utilizam espaços públicos da cidade para veicular conceitos artísticos.

O objectivo do projecto, que se prolonga até 6 de Janeiro, é incentivar uma alteração da estrutura urbana que devolva, através da arte, os espaços públicos aos cidadãos.

**Natividades em Sintra**

Uma exposição de Natal das escolas do concelho decorre no Espaço Cultural Casal de São Domingos até ao dia 19.

A mostra poderá ser visitada diariamente, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

A Galeria Municipal de Fiteiras alberga duas exposições de pintura. O primeiro piso acolhe a mostra «Vegetar», de Ezequiel.

«Bichos e Histórias de Amor» é o título da segunda exposição, a de Vitor Alves, em exibição no segundo piso.

Ambas as mostras permanecerão patentes ao público até ao dia 2 de Janeiro de 2000, podendo ser apreciadas de quarta-feira a domingo, entre as 16 e as 22 horas.

**Quadros em Vila Real de Santo António**

As obras do pintor Martins Leal estarão em exibição pública, até amanhã, no Centro Cultural António Aleixo.

SUGESTÃO

«QUEBRA-NOZES»

«Uma versão realmente muito livre» do bailado clássico de Hoffman – «Quebra-Nozes» -, estará em cena hoje, no dia 12 e de 15 a 17, às 21 e 30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém.

A recriação, que de tão original quanto polémica, já mereceu a designação de «Quebra-Tradições», retoma as personagens originais para as reinventar com uma maior complexidade, revelada pela forma caricatural como se expressam e pelo carácter absurdo, mesmo perverso, das suas relações interpessoais.

O propósito moralista do tradicional «Quebra-Nozes» dá lugar, então, a uma visão crítica e acutilante dos laços e estruturas familiares, das normas sociais e dos padrões de referência dos vários grupos etários e económicos.

O humor é o surpreendente caminho de reflexão que o coreógrafo propõe, arrancando inesperadas gargalhadas onde se esperava uma *ambience* dramática.

Demonstra-se assim que os extremos não só se aproximam, mas também podem ser os elementos distintos de uma harmoniosa realidade. Afinal, o que comove pode também ser motivo de riso e, de facto, é em torno do humor que tudo se desenrola neste *sui generis* «Quebra-Nozes», conduzindo o espectador a descobertas desconcertantes e oferecendo-lhe em troca momentos de boa disposição, para que ninguém escape ao contágio das contradições próprias da quadra natalícia. A não perder!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ar Livre

Enquanto os elefantes pela floresta galopavam no fumo do seu peso, perto, lá andava ela nua a cavalgar o antílope, com uma asa direita outra caída. E a amazona seguia... e deixava a boca no sumo das laranjas. Os olhos verdes no mar. O corpo em a nuvem das alturas - a guardadora da sempre nova faísca incendiária!

In «Poemas Surdos»  
Edmundo de Bettencourt

Pavilhão Atlântico

# Concerto de Natal

Andrea Bocelli

15 de Dezembro

Orquestra Del Teatro de la Ópera de Cagliari, acompanhamento  
Lorin Maazel, maestro  
Lucia Mazzaria, soprano



## REFORMAS... QUE REFORMAS?

**A** agenda política está claramente marcada, neste momento, pela reforma do sistema político.

Esta ideia que, a seu modo, tem constituído, com maior ou menor intensidade, preocupação de todos os partidos do leque parlamentar desde a última Revisão Constitucional, ganhou dimensão e prioridade com as recentes e categóricas declarações do Senhor Presidente da República.

Mas onde radica esta preocupação? Assenta sobretudo na convicção de que o eleitorado se estará a afastar progressivamente dos que elege; evidência que será, aliás, confirmada com o progressivo crescimento das taxas de abstenção e com o surgimento de conflitos, na maioria das vezes comunicacionais, entre magistraturas e instituições políticas.

Mas, a ser assim, em que consistirá a propalada reforma? Aparentemente e para já na alteração das leis eleitorais, das leis de financiamento e funcionamento dos partidos políticos e das leis do governo autárquico.

Quais serão então as soluções milagrosas? Ao que parece, redução do número de deputados, alteração do sistema eleitoral, associando a obrigatoriedade proporcionalidade à eleição na base de círculos uninominais (*quadratura do círculo*), proibição do financiamento das empresas aos partidos, alteração do regime de incompatibilidades (com a tola esperança de recrutar «os chamados» mais competentes) e abertura de listas a cidadãos independentes. Helas! ... *Perante uma crise (o abismo do divórcio entre eleitores e eleitos) dá-se o passo em frente – a Reforma – e tudo retornará a sua ordem natural regressando nós ao melhor dos*

*mundos (até à próxima subida da taxa de abstenção, entenda-se).*

Recuso-me a simplificar, desta forma, uma realidade complexa. Reconheço que há uma crise de representação na política e que a temperatura da doença se pode medir, razoavelmente, pela subida da taxa de abstenção.

Só que, aceite o diagnóstico não me parece que a terapêutica recomendada dê os frutos desejados, na indispensável quantidade.

As dificuldades actuais do sistema político resultam, claramente, da alteração dos valores, das prioridades e das idiosincrasias dominantes nas sociedades modernas.

O esforço de ajustamento *da oferta política à procura social* tem de ser encontrado no plano material e não apenas no plano formal.

Daqui decorre que importa actuar sobretudo em dois domínios: a *educação para a cidadania* e a *boa informação* ou seja na criação e desenvolvimento da chamada *Sociedade de Informação*.

A intervenção prioritária nestes domínios de efeito a médio prazo não implica que deva rejeitar-se a introdução de melhorias formais até porque as possibilidades, ainda não exploradas, no actual sistema serão suficientes a curto prazo.

Admitir que tudo se resolve com uma mudança de leis ou procedimentos pode ser contudo um erro trágico.

Não perceber que a verdadeira lacuna reside na não aplicação completa das actuais regras legais, (como sucede nomeadamente na questão do financiamento partidário) é no mínimo uma hipocrisia.

Por estas razões não sou, pois, um entusiasta firme das propostas recentes para a reforma do sistema político, que vejo mais como uma

espécie de placebo que, não fazendo mal ao doente pouco ajuda verdadeiramente na erradicação da malita.

Só que a definição actual da agenda política pode ainda vir a tornar-se mais preocupante. Começa a ser claro para todos que se torna absolutamente indispensável obter, a curto prazo, consensos partidários para proceder a algumas reformas (mudanças) inadiáveis.

Assim sucede, pelo menos, nas seguintes quatro áreas: *fiscalidade, justiça, segurança social e saúde*.

Ora a concentração exclusiva da negociação política nas questões institucionais, actualmente elencadas, pode criar dificuldades intrasponíveis ao esforço de concertação naqueles planos.

Não é possível «aguentar» uma legislatura mais, sem proceder a alterações de fundo nos domínios referidos e nas correspondentes áreas de intervenção.

O sistema político não está, ao contrário de algumas previsões catastrofistas e de alguns juízos autoflageladores, à beira de uma ruptura ou de uma implosão.

Se os sistemas de saúde, de segurança social e de justiça e a fiscalidade funcionassem bem, o cidadão estaria totalmente reconciliado com a sua classe política.

É esta, e só esta, a razão de algum descontentamento e frustração.

Tudo o resto, ou são construções teóricas dos arquitectos de sistemas políticos e das suas derivadas, ou são operações de ocultação que visam desviar as nossas energias dos verdadeiros problemas que se colocam à sociedade portuguesa.

Compete ao PS escolher os seus caminhos!

*In-Euronotícias*

«Os países fortes (a começar pelos EUA) liberalizam onde lhes convém e protegem também onde lhes convém»

**Eduardo Prado Coelho**

*Público, 3 de Dezembro*

«Dos protestos nas ruas de Seattle saíam mensagens que, embora expressas de forma radical, representavam muitas das preocupações que delegações como a nossa traziam para a mesa das negociações»

**Seixas da Costa**

*Expresso, 4 de Dezembro*

«A reforma do sistema político constitui uma prioridade absoluta do regime democrático português»

**José Carlos de Vasconcelos**

*Visão, 2 de Dezembro*

«A Direita tende a unir-se. Mais tarde ou mais cedo, o PSD e o PP vão encontrar fórmulas, mais ou menos engenhosas, para "juntar os trapos" e partirem ao assalto do poder, seja autárquico, governativo ou presidencial»

**José Saraiva**

*Journal de Notícias, 3 de Dezembro*

«A reforma da saúde não é, apenas, uma questão de financiamento. É uma questão de cidadania, que contende com direitos essenciais»

**Helena Roseta**

*Visão, 2 de Dezembro*

### Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista

Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26,

Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de

Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL,

Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.